



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comitê Permanente de Gestão Estratégica

Núcleo de Estatística e de Gestão Estratégica

GERAÇÃO DO VALOR PÚBLICO

De acordo com o Relatório de Desempenho da Estratégia
Institucional dos Exercícios 2016/2017/2018/2019/2020

Florianópolis, 26 de março de 2021

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	5
DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	6
QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO EXERCÍCIO	8
PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2020	9
OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	10
Análise dos resultados:	12
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	14
Medidas de melhoria propostas:	15
OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	16
Análise dos resultados:	18
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	19
Medidas de melhoria propostas:	19
OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	21
Análise dos resultados:	23
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	24
Medidas de melhoria propostas:	24
OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	26
Análise dos resultados:	27
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	28
Medidas de melhoria propostas:	28
OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	30
Análise dos resultados:	31
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	32
Medidas de melhoria propostas:	33
OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	34
Análise dos resultados:	36
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	36
Medidas de melhoria propostas:	37
OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	38
Análise dos resultados:	39
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	40
Medidas de melhoria propostas:	40
OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA.....	42
Análise dos resultados:	45
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	46
Medidas de melhoria propostas:	47
OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	48
Análise dos resultados:	49
Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:	50
Medidas de melhoria propostas:	51

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste documento tem por objetivo demonstrar a Geração do Valor Público decorrente da evolução dos resultados aferidos por meio do Relatório do Desempenho da Estratégia Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no ciclo estratégico vigente, especificamente dos exercícios 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Registra-se, nesse sentido, que a Instrução Normativa IN-TCU nº 84/2020 inovou com relação aos princípios para a elaboração e a divulgação da prestação de contas dos órgãos públicos. O novo modelo considera a sociedade e seus representantes como os destinatários principais da obrigação de prestar contas.

De acordo com o art. 4º, inciso I da referida Instrução Normativa, são princípios para a elaboração e a divulgação da prestação de contas o foco estratégico e no cidadão. Além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a UPC faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.

O Valor público, portanto, na acepção do art. 8º, inciso I, "b" da IN TCU 84/2020 e do Decreto 9.203/2017, compreende os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos. Tais resultados decorrem do cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais da Justiça Eleitoral catarinense, com ênfase na efetividade e utilidade para o atendimento das necessidades ou às demandas de interesse público.

O processo de “Gerenciar Estratégia Institucional”, mapeado em conformidade com o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, instituído pela Res. TRESC n. 7.975/2018, propiciou consolidar as informações necessárias para a aferição do Valor Público. Esta normativa, que alterou a Resolução TRESC n. 7.935/2015 (Planejamento Estratégico Institucional), assim dispõe:

Art. 3. O CPGE incluirá, ao menos quadrimestralmente, a Análise da Estratégia nas pautas de suas reuniões ordinárias, para avaliação de resultados.

§ 1 - Como parte da Análise da Estratégia, poderá o CPGE elaborar propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e às suas metas, bem como outras medidas necessárias à melhoria do desempenho de sua execução.

§ 2 - O relatório de Análise da Estratégia produzido pelo CPGE será remetido ao Conselho de Governança Corporativa para avaliação de resultados e deliberação sobre propostas de ajustes.

Este relatório apresenta o mapa estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (contemplando a missão, visão de futuro e valores da Instituição), os 9 objetivos e respectivas descrições e os indicadores estratégicos e de apoio¹ que os compõem. Compreende, especialmente, a análise dos resultados² do Exercício 2020 realizada pelas unidades responsáveis pelas medições dos indicadores e as medidas de melhoria propostas para avaliação pelas instâncias internas de governança deste Tribunal.

¹ A medição dos indicadores é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício.

² Os gráficos dos resultados apresentam contorno em cores para identificar os indicadores que cumpriram ou superaram a meta no exercício (**em azul**), não cumpriram a meta no exercício (**em vermelho**) e que não são mensuráveis no exercício (**em cinza**).

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

2016 **Visão de futuro:** Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança. **2021**

Valores:

Coerência	Comprometimento	Ética
Flexibilidade	Inovação	Integração
Reconhecimento	Respeito	Transparência

Sociedade

Garantia dos direitos da cidadania

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Processos Internos

Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Aperfeiçoamento da gestão da informação

Pessoas e Recursos

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Fortalecimento da governança

Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação

DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é medido com base no alcance das metas de cada objetivo do Planejamento Estratégico Institucional, instituído pela Res. TRE-SC n. 7.935/2015.

Após a reformulação dos indicadores estratégicos ocorrida em 2016, foram estabelecidos 9 indicadores, um para cada objetivo estratégico. Os indicadores estratégicos são calculados conforme indicadores de apoio selecionados para cada objetivo, com pesos iguais ou diferenciados devido a especificidades de anos eleitorais e anos não eleitorais. Os indicadores possibilitam avaliar, de forma objetiva, a evolução da execução do ciclo estratégico no TRE-SC.

A Res. TRESC n. 7.975/2018 dispôs sobre o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que tem por finalidade:

“promover a gestão estratégica, o relacionamento e a integração com as partes interessadas, os mecanismos de controle, a transparência e a prestação de contas dos resultados institucionais.”

Ao Comitê Permanente de Gestão Estratégica, estrutura integrante do Conselho de Governança Corporativa, compete, dentre outras atribuições:

- acompanhar e analisar os resultados dos indicadores estratégicos, podendo promover os ajustes necessários à melhoria do desempenho institucional;
- atuar, no âmbito das suas atribuições, como núcleo de estatística e de gestão estratégica;
- prover informações à Presidência do Tribunal e à Direção-Geral para auxiliar a tomada de decisão.

Ainda em 2018, tendo em vista a necessidade de ampliação da vigência do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 1 ano (2016 a 2021), conforme solicitação do Conselho Nacional de Justiça, o Conselho de Governança Corporativa na reunião ocorrida em 28 de junho aprovou proposta revisional dos indicadores do Planejamento Estratégico. A minuta do documento foi construída colaborativamente com as unidades e comissões responsáveis pelas medições dos indicadores e analisada pelo

Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Integração e Comunicação (CPCI) e disponibilizada para o público interno da Justiça Eleitoral catarinense para envio de sugestões.

A proposta contemplou a revisão de metas dos indicadores estratégicos e de apoio, incluindo o ajuste referente à ampliação do período e também circunstâncias ambientais internas e externas previstas para o período 2018-2021. Além disso, considerou as medidas de melhoria sugeridas pelas unidades ao longo dos exercícios 2016 e 2017.

O resultado foi aprovado pelo Conselho de Governança Corporativa e submetido pela Presidência ao Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e originou a Res. TRESA n. 7.991/2018.

Em 2020 a Res. 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026 dando prazo para os Órgãos do Poder Judiciário procederem o alinhamento de seus planos estratégicos até 30.06.2021, compreendendo o mesmo período de vigência da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, o que oportunizará a implementação de melhorias para o novo Plano Estratégico Institucional a ser formulado no primeiro semestre de 2021 para o ciclo 2021-2026.

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO EXERCÍCIO

Indicadores Estratégicos 9	Superou a meta 4 – 44,44%	Cumpriu a meta 1 – 11,11%	Não cumpriu a meta 4 – 44,44%
	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 48	Superou a meta 17 – 35,42%	Cumpriu a meta 6 – 12,50%

O detalhamento dos resultados de cada indicador é apresentado nas demais seções deste relatório.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2020

73%



IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania

86%



IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa

55%



IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

96%



IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

80%



IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação

52%



IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas

90%



IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária

80%



IE8 - Índice de fortalecimento da governança

71%

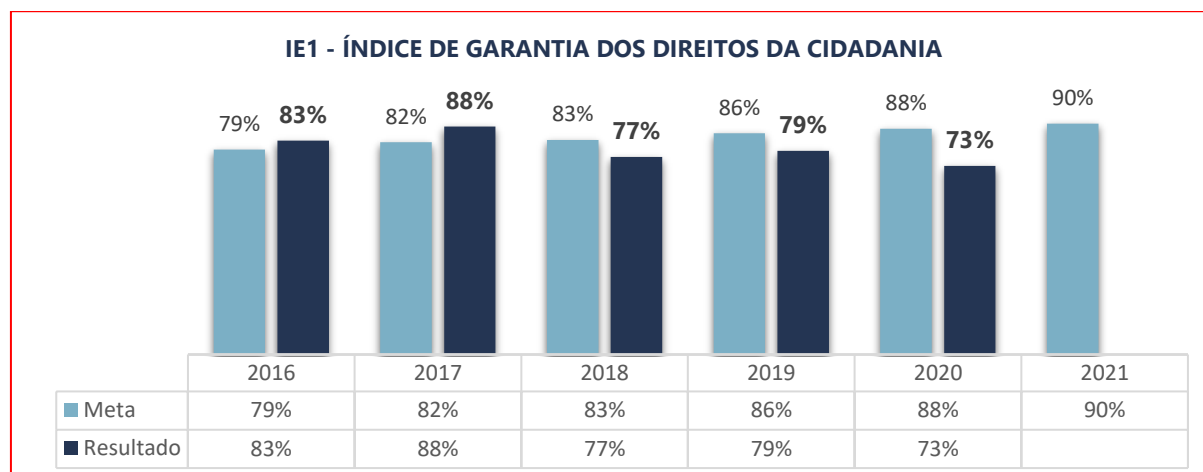


IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

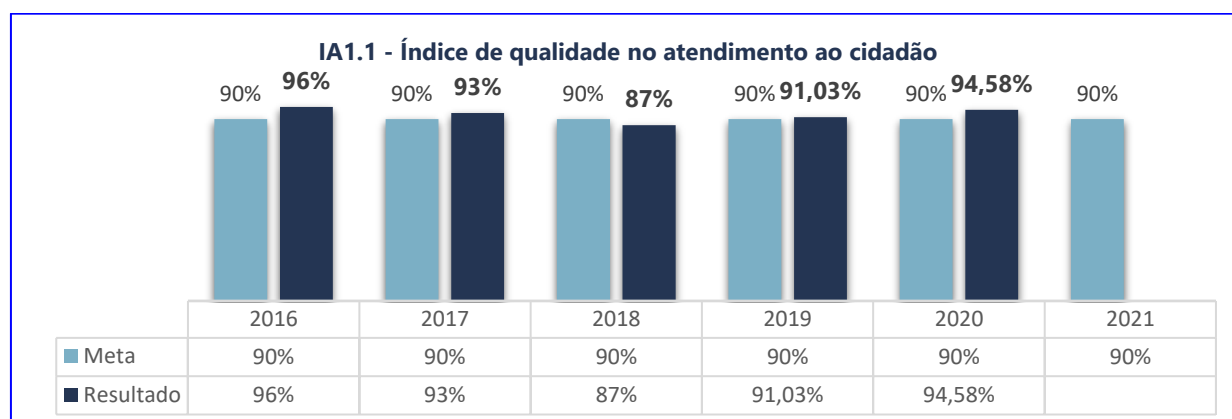
Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.

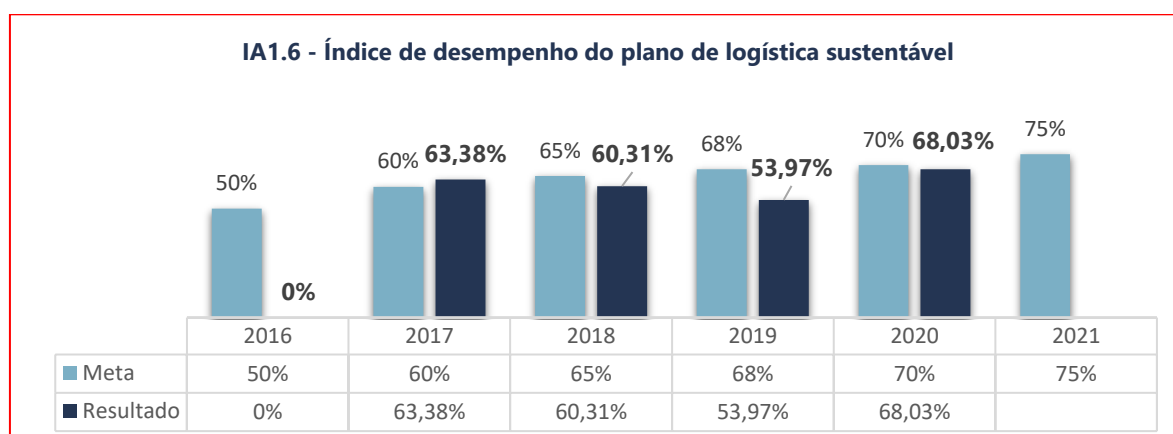
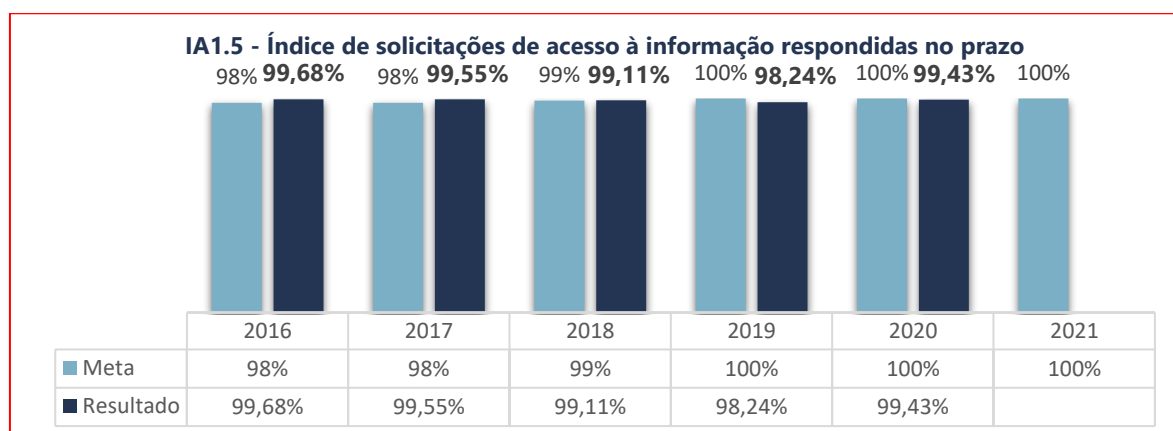
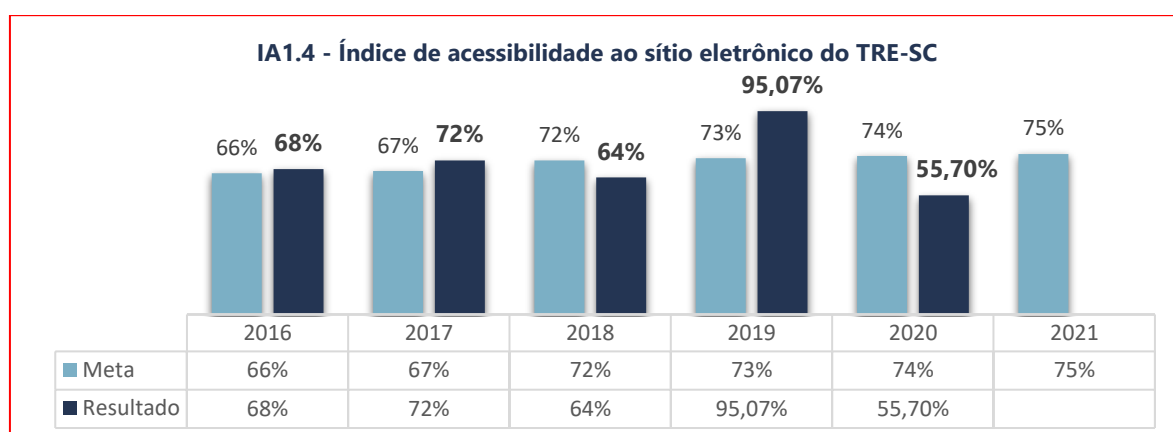
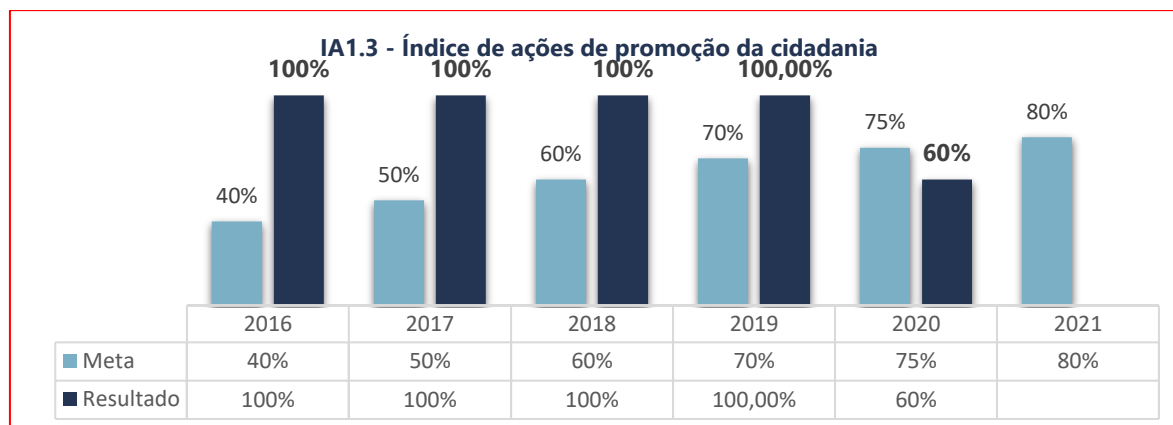
Situação atual:

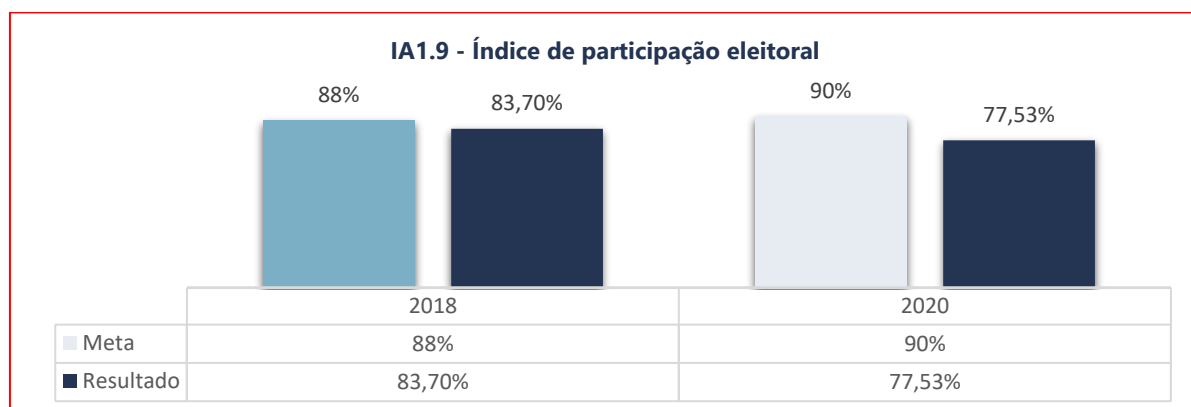
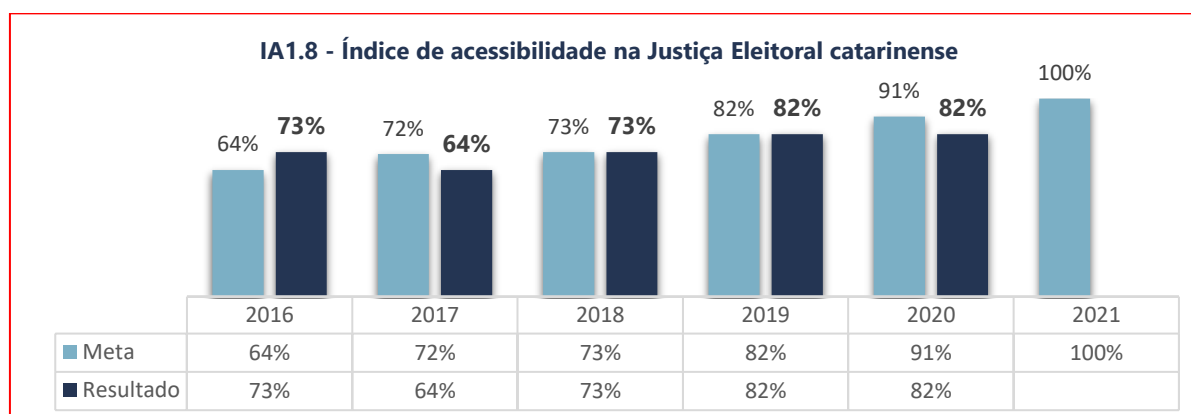
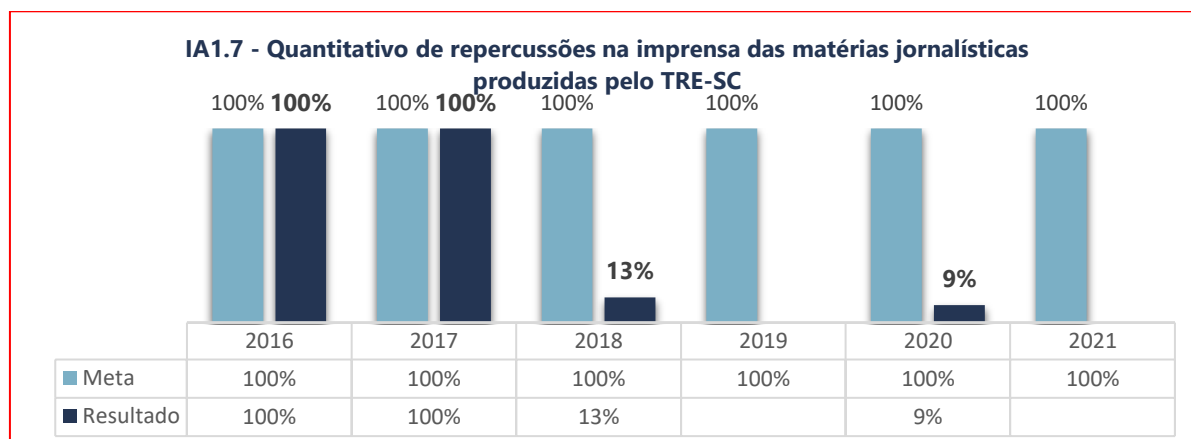


Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:







Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina não alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico 1 – Garantia dos direitos da cidadania. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 82,95%. A pandemia de Covid-19 teve impacto importante em vários indicadores que compõem esse objetivo estratégico.

Destaques no exercício:



IA1.1 - Índice de qualidade no atendimento ao cidadão

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 105,09%.



IA1.2 - Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo

Apesar do aumento substantivo de solicitações que o período de suspensão de atendimento presencial proporcionou, a meta de 90% fixada para o exercício foi alcançada.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:



IA1.3 - Índice de ações de promoção da cidadania

O contexto de desafios impostos pela pandemia da Covid-19 fomentou a realização de diversos eventos à distância voltados à cidadania (14 *lives* com temas voltados aos partidos políticos, candidatos e toda sociedade) entretanto não integraram o Plano Anual de Trabalho de 2020 e por esse motivo não contabilizaram para o alcance da meta.



IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC

A redução significativa na acessibilidade foi reflexo da mudança de ferramenta de gestão de conteúdo implantada em toda Justiça Eleitoral em 2019.



IA1.5 - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo

A meta de 100% não foi atingida em razão de um pequeníssimo número de atendimentos que demandaram diligências e esclarecimentos adicionais, prévios à resposta ao requerente, somado ao fato de que, em 2020, houve um aumento bastante expressivo nos atendimentos realizados pela Ouvidoria, que coordena o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), como reflexo (preponderante) da suspensão do atendimento presencial pelos cartórios eleitorais, mormente por se tratar de ano eleitoral. Foram realizados 10.982 atendimentos via formulários de contato no ano. A título comparativo, no ano de 2019, foram totalizados 983 atendimentos, e em 2018 (ano eleitoral), 3.037 no total.



IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável

A partir do levantamento de todos os 131 indicadores do PLS, aplicando-se a referida fórmula do Índice IA1.6, mas desconsiderando os indicadores em que não cabiam metas ou aqueles prejudicados pela falta de algum dado de referência, obtivemos o percentual de 68,03% de metas alcançadas dentro do PLS. Não se pode deixar de mencionar o fato de que determinados indicadores influenciam

diretamente ou de maneira inversamente proporcional em outros. Cite-se, por exemplo, os indicadores que medem a quantidade de impressões e equipamentos instalados. Ao se reduzir a quantidade de impressões, devido ao processo de informatização e se elevar a quantidade de equipamentos, obteve-se uma performance reduzidíssima, o que aparentemente poderia ensejar um desempenho negativo deste Órgão, mas que, neste particular, justifica-se pelas ações planejadamente tomadas.

 IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC

O resultado ficou prejudicado em função do prazo de vigência contratual do serviço de clipagem (a partir de junho/2020) e alteração na metodologia de apuração do número de matérias, em face da plataforma adotada pela empresa contratada.

 IA1.8 - Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense

O resultado do índice não evoluiu em relação ao exercício 2019 indicando possível superdimensionamento da meta fixada.

 IA1.9 - Índice de participação eleitoral

O resultado ficou prejudicado em razão da pandemia, apesar de campanha promovida pela Justiça Eleitoral aos eleitores fomentando o voto com segurança e respeitando os protocolos de saúde previstos no Plano de Segurança Sanitária desenvolvido pelo TSE para as Eleições 2020.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE1 Não cumpriu a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 9	Superou a meta 1 – 11,11%	Cumpriu a meta 1 – 11,11%	Não cumpriu a meta 7 – 77,78%
--	--	--	--	--

Medidas de melhoria propostas:

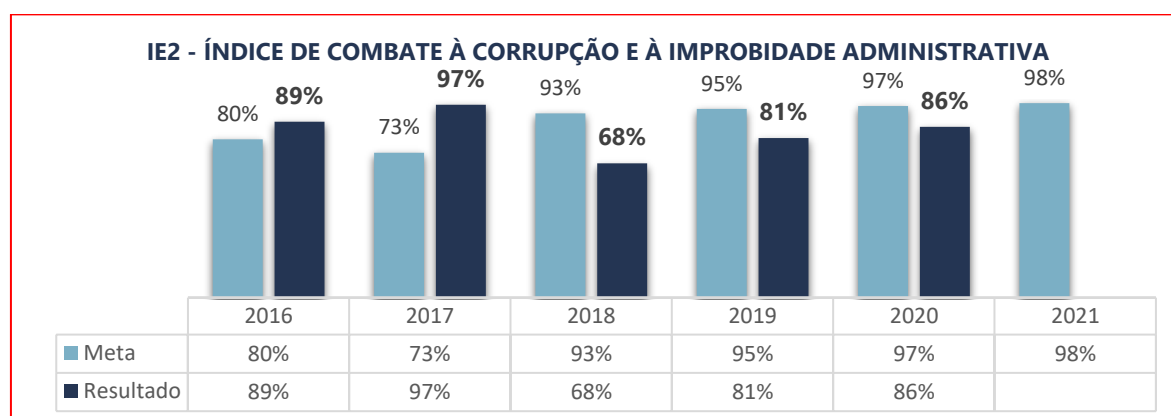
Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que permita a atualização do Plano Anual de Trabalho para contabilizar ações desenvolvidas em razão de alterações nos contextos internos e externos da Instituição, possibilitando contabilizar para o alcance da meta todas as ações desenvolvidas para promoção da cidadania;
-  Avaliar a conveniência e oportunidade de unificação dos indicadores: Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC e Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense, fixando metas desafiadoras, porém atingíveis e facilitando monitoramento e medição;
-  Avaliar a conveniência e oportunidade de substituição do IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável pelo IDS - Índice de desempenho de sustentabilidade, acompanhado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, sugerindo ao órgão de controle externo o aperfeiçoamento do Plano de Logística Sustentável e melhorias identificadas para o IDS no decorrer do ciclo estratégico;
-  Avaliar a conveniência e oportunidade de substituição do indicador IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC por um indicador que reflita melhor o relacionamento e comunicação estratégica do TRESC com a sociedade;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

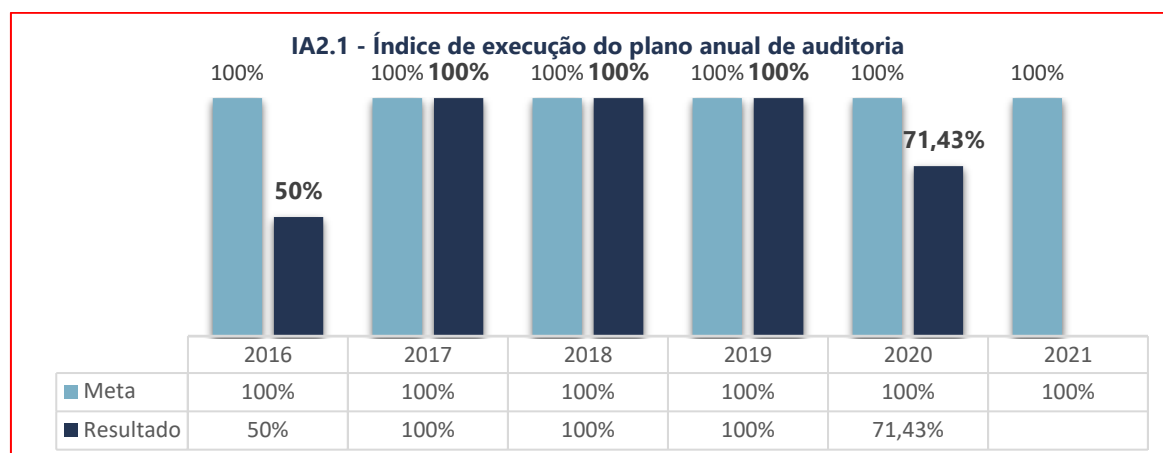
Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

Situação atual:

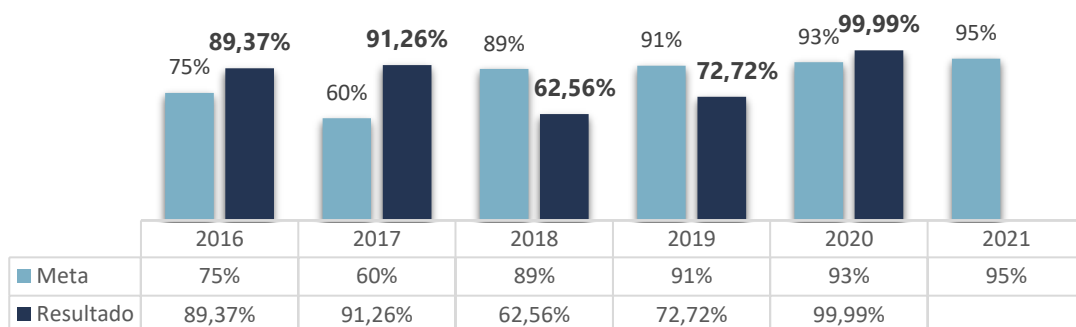


Composição:

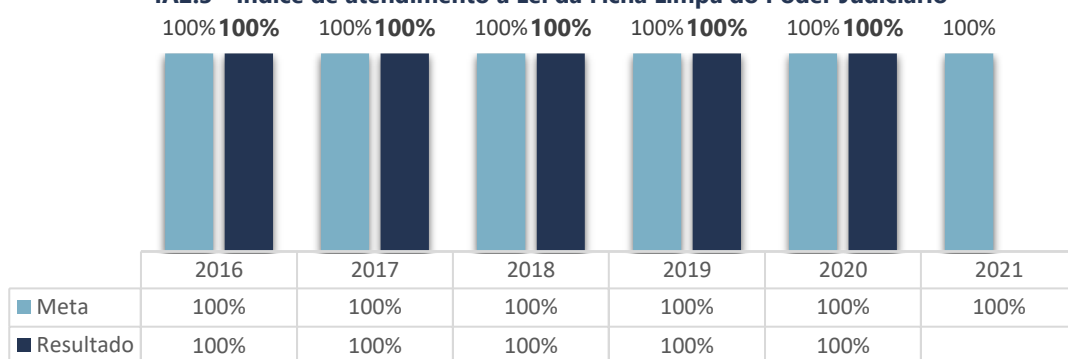
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



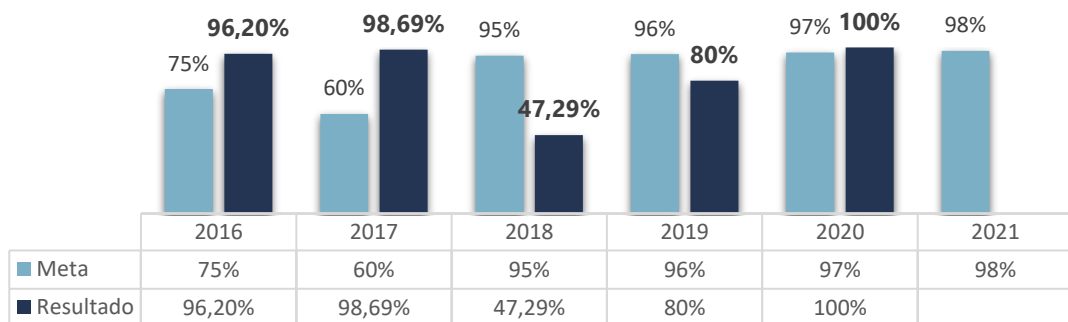
IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades



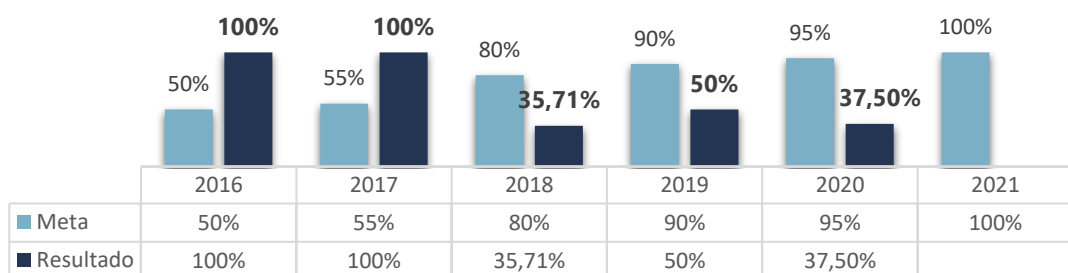
IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário



IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários



IA2.5 - Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno



Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina não alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico 2 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 88,66%.

Destaques no exercício:

 IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades
A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 107,52%.

 IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário
A meta desse indicador foi completamente alcançada também neste exercício.

 IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários
Mede o percentual de processos que possam importar restrições à diplomação ou a perda do mandato eletivo, com 1ª decisão tendente a pôr fim ao processo em menos de 1 (um) ano, em relação ao total de processos do mesmo tipo finalizados no período; e objetiva conhecer e evoluir o índice de julgamento de processos judiciais que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo. Em 2020, a Justiça Eleitoral apurou o índice de 100% no julgamento em até 1 (um) ano de processos desse tipo, além da meta anual – fixada em 97%.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

 IA2.1 - Índice de execução do plano anual de auditoria
Em razão da pandemia da Covid-19, deixaram de ser realizadas duas das sete auditorias programadas para o exercício de 2020: a Auditoria Integrada do TSE de Avaliação do Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos de TIC e a Ação Coordenada do CNJ, Auditoria para Avaliação da Acessibilidade dos Tribunais e Conselhos, ambas coordenadas por órgãos superiores de governança.

 IA2.5 - Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno
O resultado ficou muito aquém da meta estabelecida, apesar do esforço realizado pela Administração, que concluiu a implementação de 3 das recomendações acompanhadas pelo Órgão de Controle Interno no exercício, remanescendo o completamento de outras 5 recomendações com prazo expirado, o que deve demandar ajustes pela Administração no prazo fixado para atendimento das recomendações remanescentes.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE2 Não cumpriu a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 5	Superou a meta 2 – 40%	Cumpriu a meta 1 – 20%	Não cumpriu a meta 2 – 40%
--	--	---	---	---

Medidas de melhoria propostas:

Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

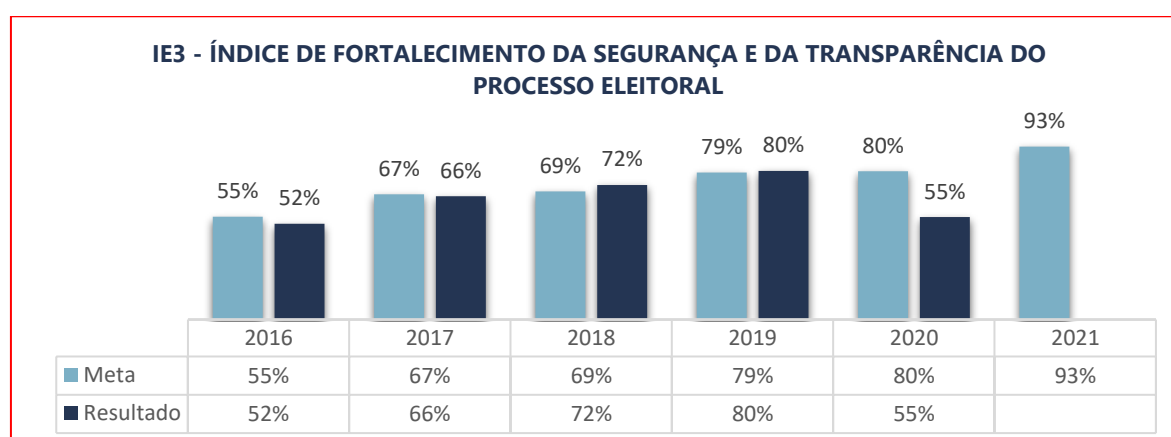
-  Avaliar e fixar prazos atualizados para atendimento das recomendações de auditoria remanescentes e promover ajustes na planilha de acompanhamento e cálculo do Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno;
-  Avaliar a viabilidade de incluir indicador relacionado a promoção da cultura de ética e integridade na Instituição;
-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que passe a considerar, para os indicadores que medem ações sujeitas à suspensão ou modificação pelo TSE ou outros órgãos superiores, a possibilidade de suspender sua medição em períodos estratégicos nos quais o órgão superior suspenda a ação, sem considerar o fato como um descumprimento da meta;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;

- ✎ Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

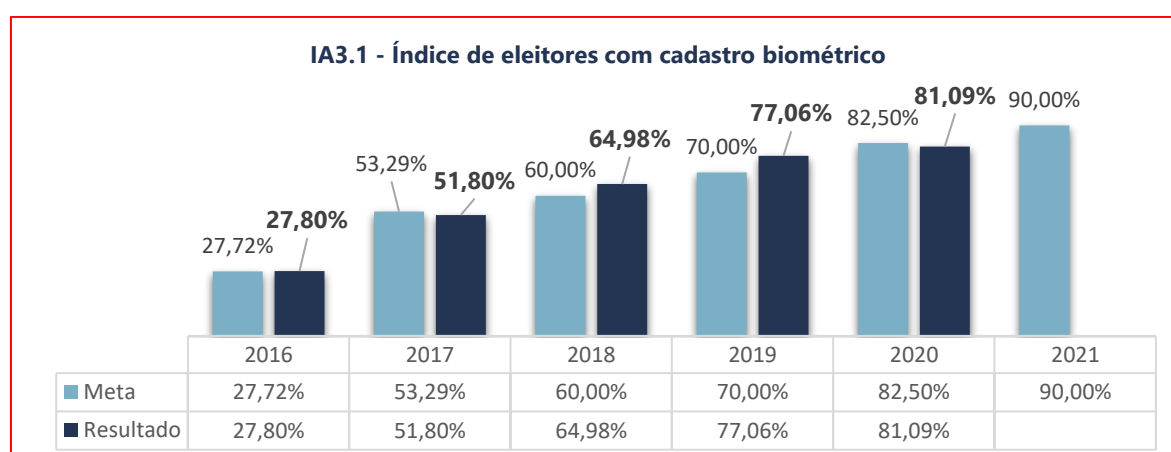
Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem a garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

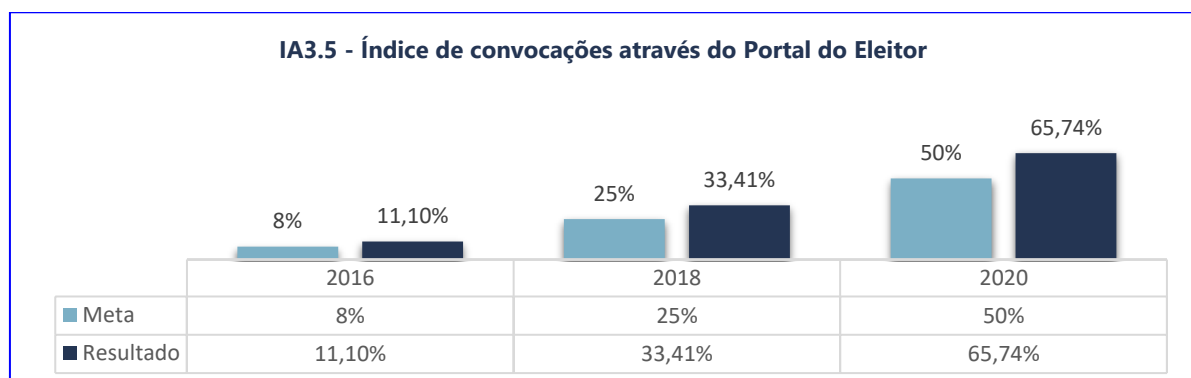
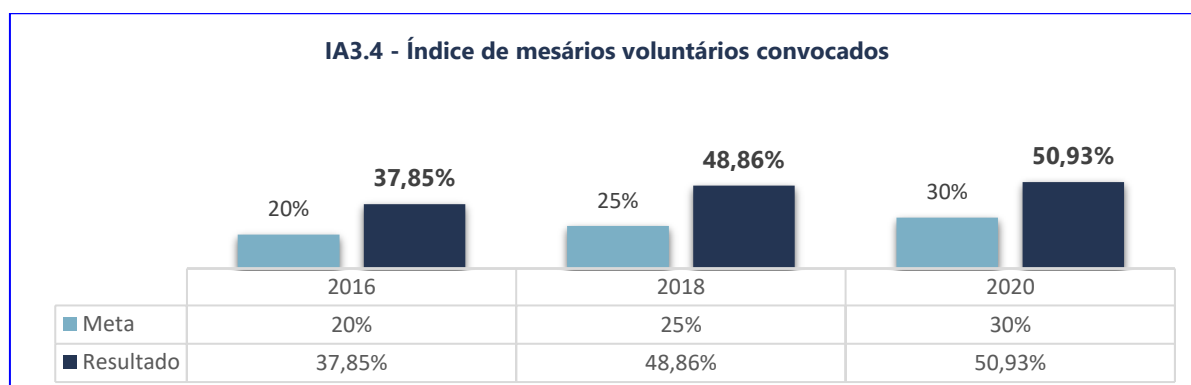
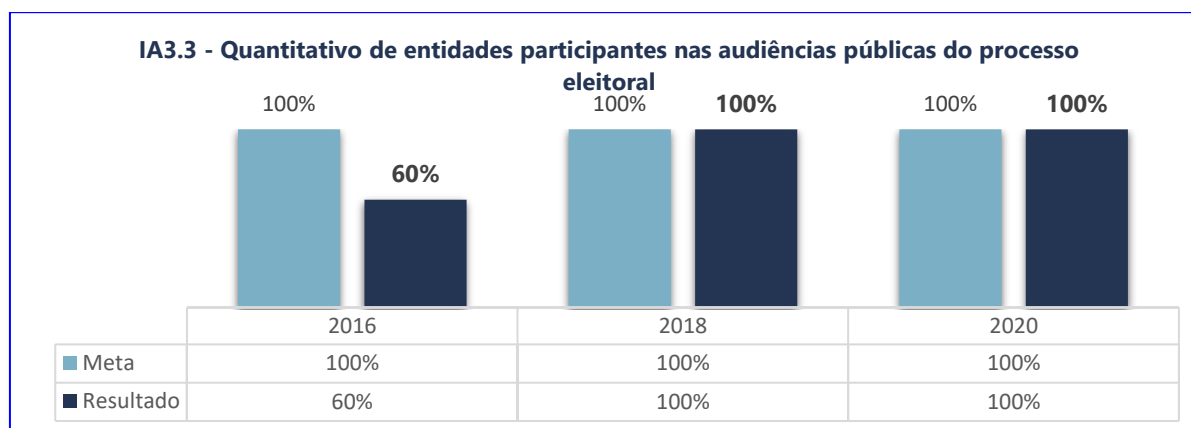
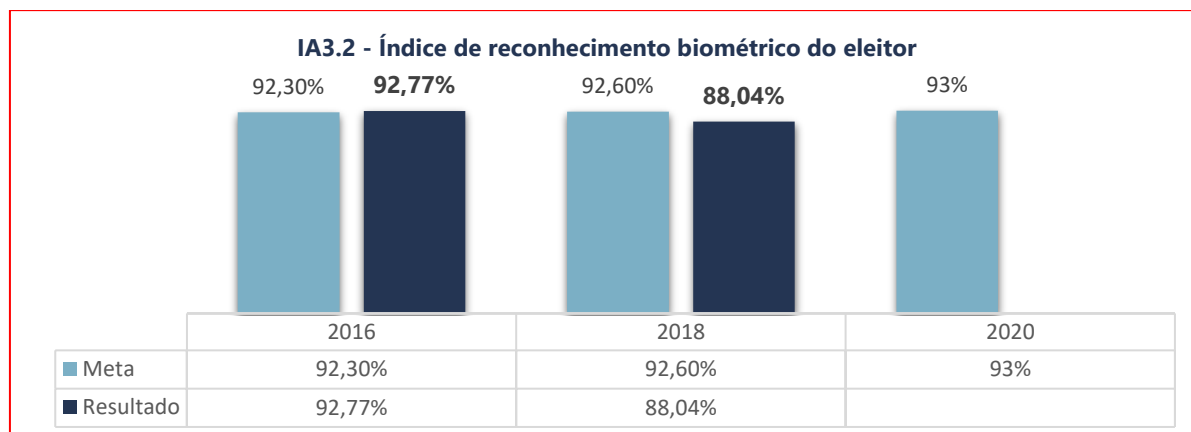
Situação atual:



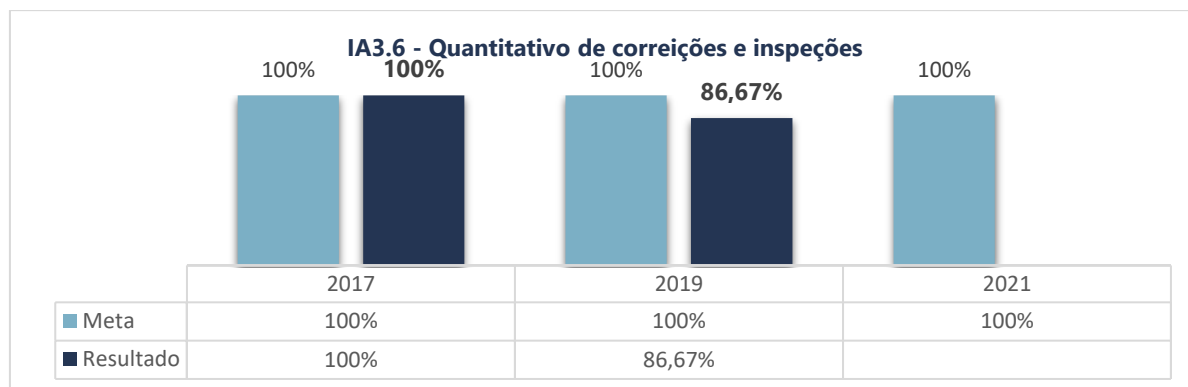
Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





*Em 2020 foi alterado o nome do sistema para Portal do Mesário.



Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina não alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico 3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 68,75%.

Destaques no exercício:

👍 IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo
A meta anual fixada para este indicador é de 215 entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral, esse ano 553 entidades participaram das audiências públicas.

👍 IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados
A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 169,77%.

👍 IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor
A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 131,48%.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

👎 IA3.1 - Índice de eleitores com cadastro biométrico
O resultado negativo deveu-se principalmente em razão da pandemia da Covid-19, com a necessidade de suspensão do atendimento presencial e consequente coleta biométrica a partir de março, priorizando-se a segurança e saúde dos eleitores e servidores da Justiça Eleitoral.

👎 IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor

O TSE decidiu suspender a identificação biométrica do eleitor nas Eleições 2020 após recomendação de consultoria sanitária, também com o propósito de minimizar o risco de contágio e disseminação do vírus Sars-Cov-2, proporcionando mais segurança aos eleitores, mesários e demais colaboradores da Justiça Eleitoral e dessa forma não foi possível realizar a aferição do Índice de reconhecimento biométrico do eleitor, indicador com peso importante na composição desse indicador estratégico em anos eleitorais.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE3 Não cumpriu a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 5	Superou a meta 2 – 40%	Cumpriu a meta 1 – 20%	Não cumpriu a meta 2 – 40%
--	--	---	---	---

Medidas de melhoria propostas:

Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar, junto às unidades responsáveis pela medição, possível subdimensionamento das metas dos indicadores: IA3.3, IA3.4 e IA3.5;
-  Alterar o nome do Índice de convocações através do Portal do Eleitor para Índice de convocações através do Portal do Mesário;
-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que passe a considerar, para os indicadores que medem ações sujeitas à suspensão ou modificação pelo TSE ou outros órgãos superiores, a possibilidade de suspender sua medição em períodos estratégicos nos quais o órgão superior suspenda a ação, sem considerar o fato como um descumprimento da meta;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional,

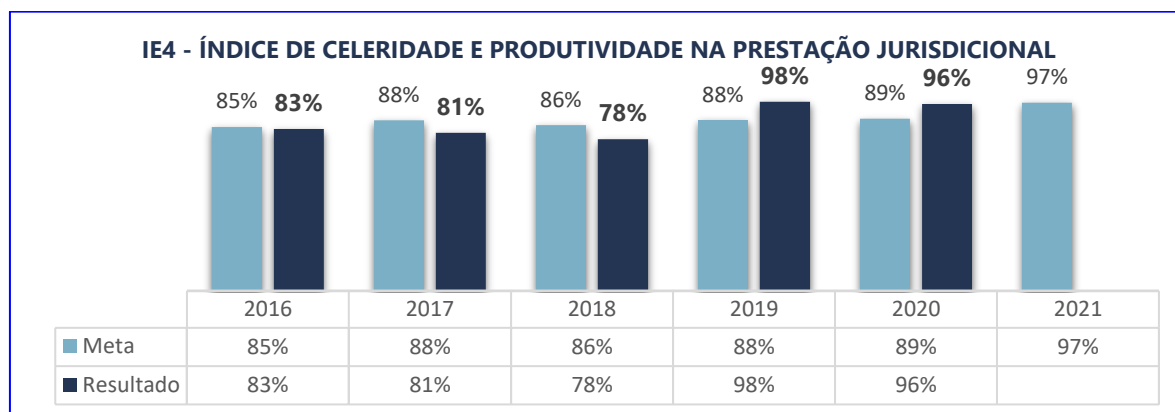
especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;

-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

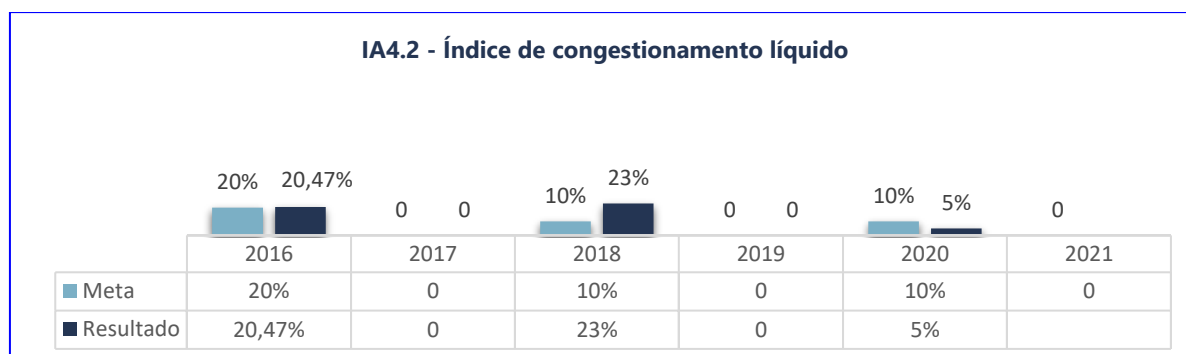
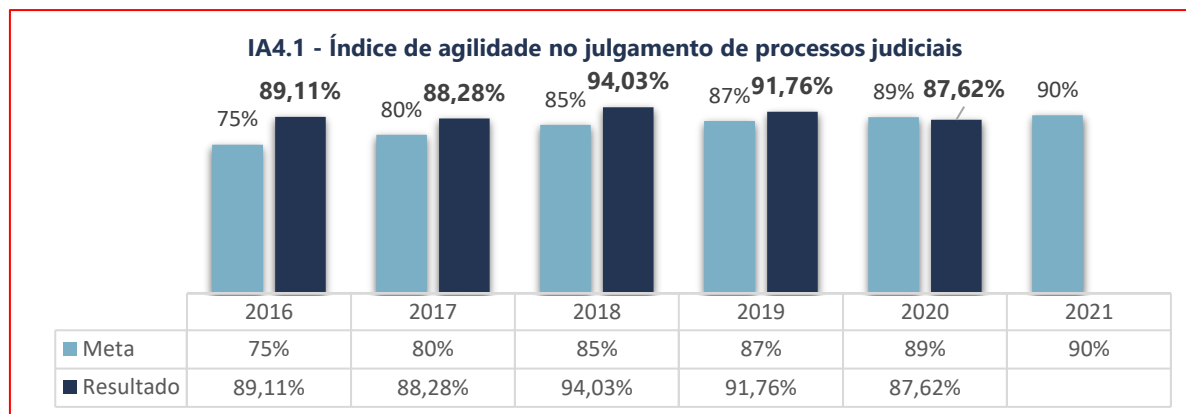
Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

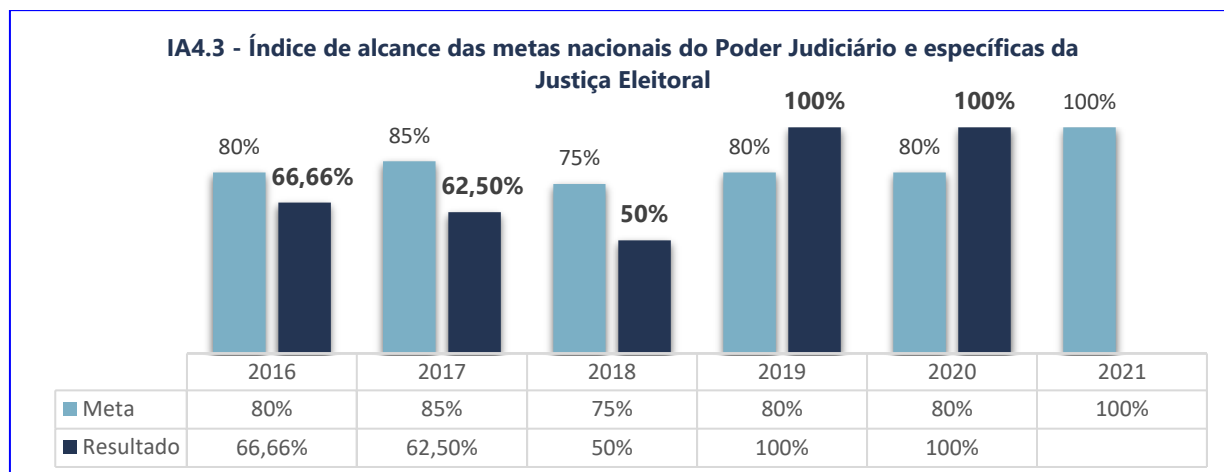
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2020 novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional foi superada. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 107,87%.

Destaques no exercício:

IA4.2 - Índice de congestionamento líquido

Avalia o percentual de congestionamento no período de apuração, desconsiderando processos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente; e pondera a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais que ingressam nas Zonas Eleitorais e no TRESC. Em 2020, foi apurado o percentual de 10% de congestionamento líquido no 1º grau, enquanto em 2º foi o percentual de 0%, superando a meta anual – estabelecida em 10%.

IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral

Em 2020, todas as metas aprovadas no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Eleitoral foram alcançadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

IA4.1 - Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais

Determina o percentual de processos judiciais com 1ª decisão tendente a pôr fim ao processo dentro do prazo de duração razoável; e se propõe a avaliar a celeridade e capacidade de julgamento das demandas judiciais nas Zonas Eleitorais e no TRESC. O indicador leva em conta 3 índices no primeiro e segundo graus: o índice de

julgamento, em até 3 (três) anos, dos processos criminais; o índice de julgamento, em até 3 (três) meses, de processos de eleição; e o índice de julgamento, em até 1 (um) ano, de outros processos. Para o segundo grau, o indicador ainda leva em conta o índice de julgamento, em até 1 (um) ano, de processos da classe Recurso Eleitoral. Em 2020, foi apurado um total de 87,62% no índice de agilidade no julgamento de processos judiciais, praticamente atingindo a meta anual – definida em 89%.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE4 Superou a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 3	Superou a meta	Cumpriu a meta	Não cumpriu a meta
		1 – 33,33%	1 – 33,33%	1 – 33,33%

Medidas de melhoria propostas:

Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar a viabilidade de incluir indicador relacionado ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, abrangendo os indicadores presentes na Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas

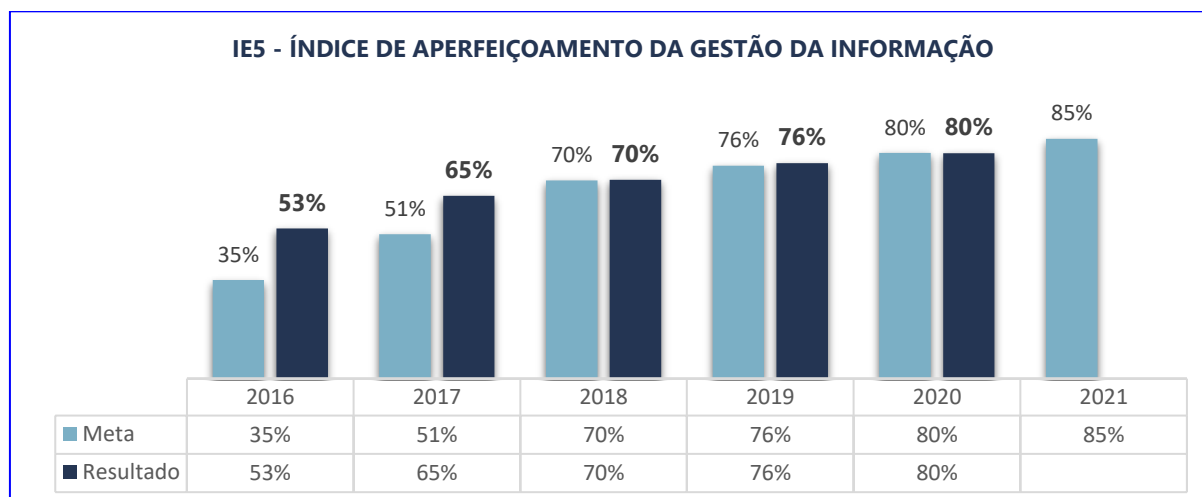
futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;

- 👉 Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

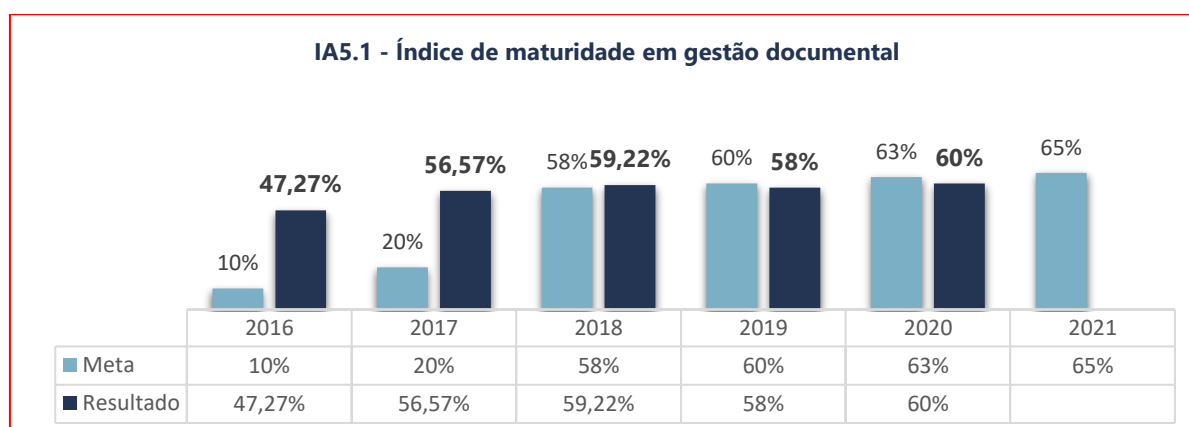
Refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho. Objetiva implementar um sistema de arquivos e um repositório para documentos e informações corporativas (conteúdos textuais e multimídia) e desenvolver e implantar processos de gestão do conhecimento (relacionados com a criação, captura, armazenamento e disseminação do conhecimento corporativo), além de prover padrões abertos para a publicação de documentos.

Situação atual:

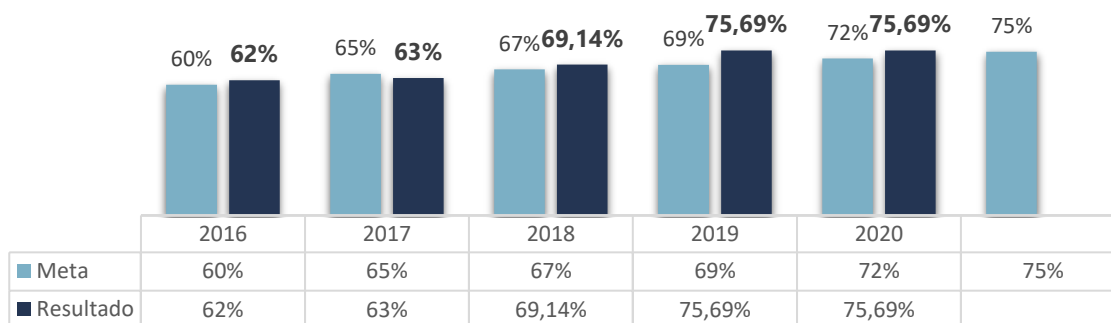


Composição:

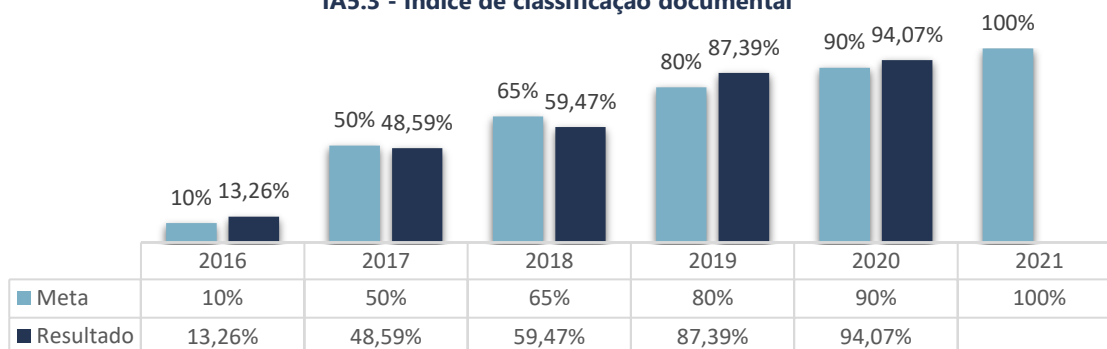
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



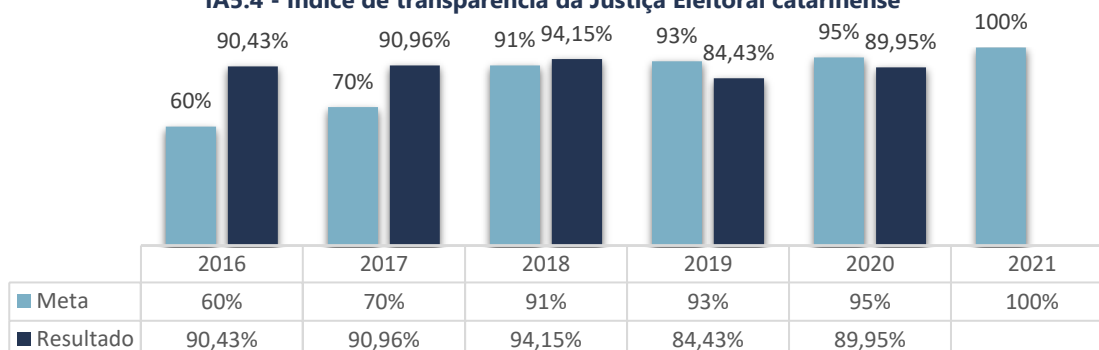
IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação



IA5.3 - Índice de classificação documental



IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense



Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico 5 – Aperfeiçoamento da gestão da informação, que vem evoluindo sistematicamente desde o primeiro exercício do ciclo atual deste planejamento. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 100%.

Destaques no exercício:

IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 104,52%.

IA5.3 - Índice de classificação documental

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 105,13%.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental

Em 2020, o TRESC atingiu o percentual de 60% de maturidade em gestão documental, chegando a um patamar bem próximo do previsto (63%). Consigna-se que os critérios de cálculo foram ajustados em 2019 para que fossem adequados à auditoria de gestão documental realizada pelo CNJ. E, ainda, em 2020, além das eleições municipais, tivemos a pandemia da Covid-19, fato que prejudicou o desempenho deste indicador.

IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense

Destaca-se que em 2019 ajustou-se a fórmula de cálculo do indicador, com a adoção do índice obtido pelo ranking da transparência. Por essa razão, o resultado obtido em 2020, de 89.95% ficou abaixo do previsto no Planejamento Estratégico, que ainda não foi ajustado. Contudo, tal posição coloca o Tribunal Regional Eleitoral numa posição de destaque Nacional, entre os 28 Tribunais mais transparentes do Brasil.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE5 Cumpriu a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 4	Superou a meta 2 – 50%	Cumpriu a meta 0 – 0%	Não cumpriu a meta 2 – 50%
--	---	---------------------------	--------------------------	-------------------------------

Medidas de melhoria propostas:

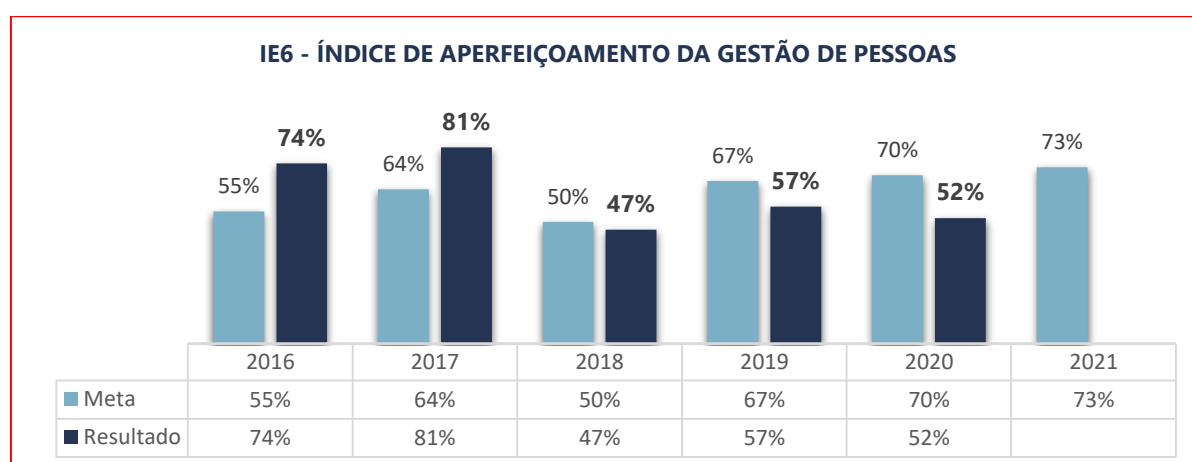
Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar a conveniência e oportunidade de unificação dos indicadores: IA5.3 - Índice de classificação documental e IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental, fixando metas desafiadoras, porém atingíveis e facilitando monitoramento e medição;
-  Avaliar a viabilidade de implementação dos itens relativos ao questionário do ranking de transparência avaliados periodicamente pelo Conselho Nacional de Justiça e, ainda, verificar possível superdimensionamento das metas fixadas para o Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense;
-  Avaliar a viabilidade de incluir indicador relacionado a acompanhar a evolução da maturidade da Instituição quanto à adequação de processos e serviços à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição;

OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

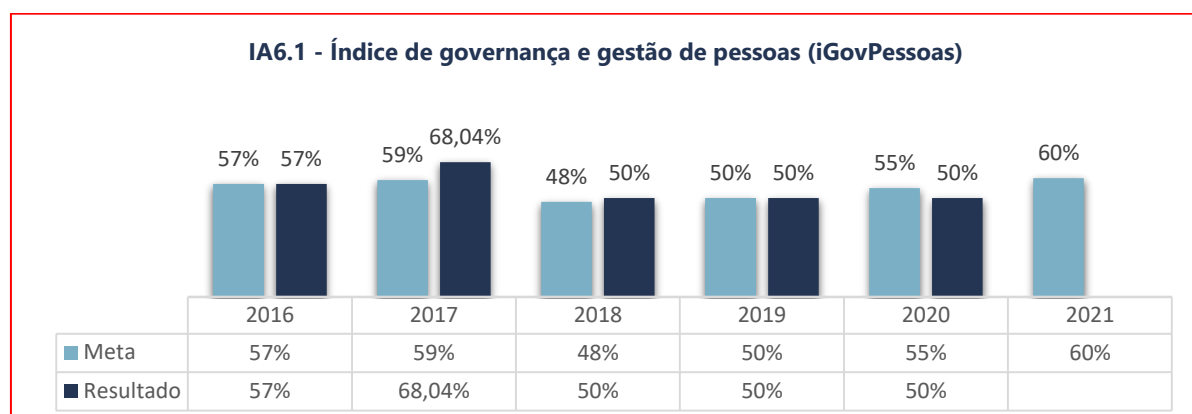
Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESC. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Situação atual:

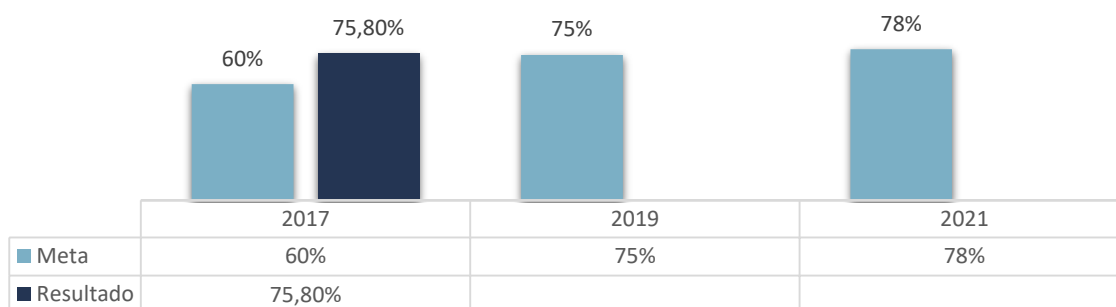


Composição:

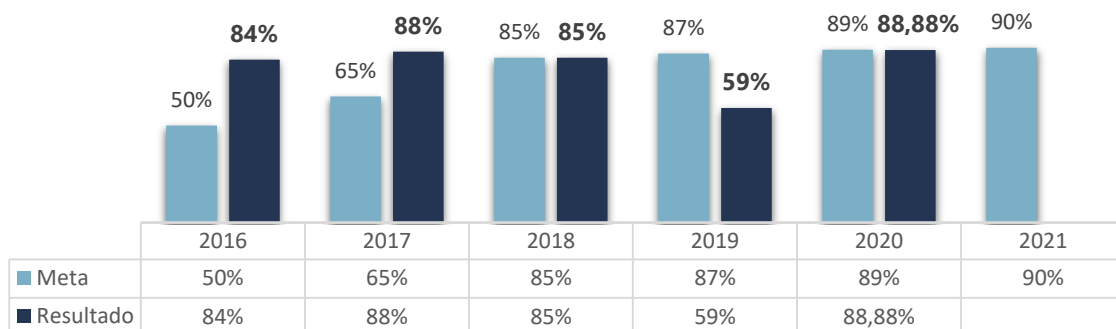
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



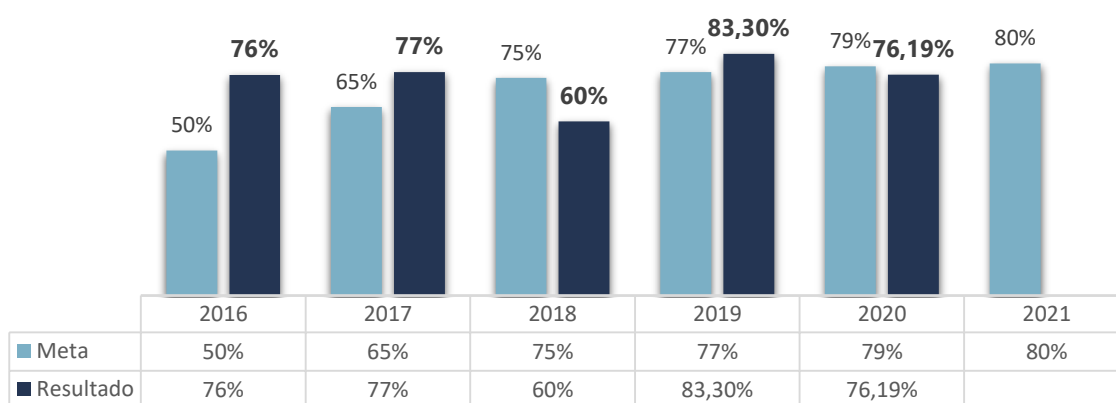
IA6.2 - Índice do clima organizacional



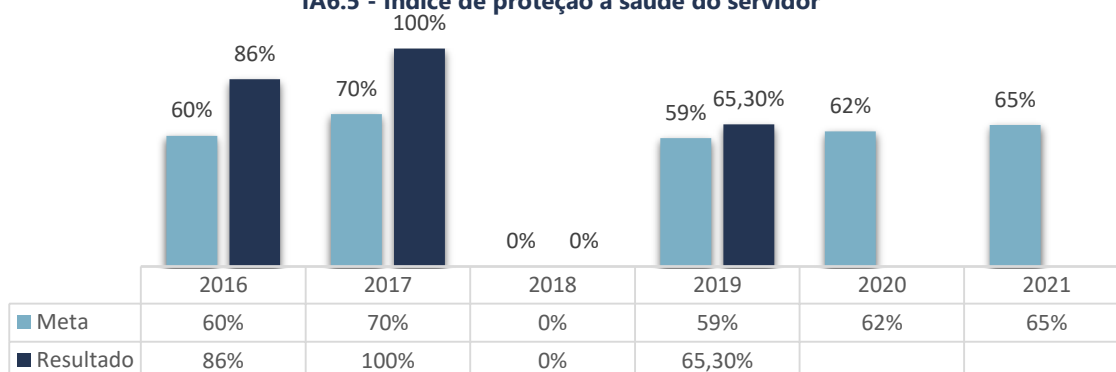
IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor



Análise dos resultados:

Em 2020 a meta estabelecida para o objetivo estratégico 6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas não foi atingida. O objetivo foi fortemente impactado pela pandemia. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 74,29%.

Destaques no exercício:

Não houve destaques no exercício.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

-  IA6.1 - Índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas)
Indicador impactado pela suspensão de realização do levantamento integrado de governança organizacional publica pelo TCU no exercício 2020.
-  IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento
Indicador impactado pela pandemia em razão da necessidade de adiamento de cursos e eventos que estavam previstos no PACD.
-  IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento
Indicador impactado pela pandemia em razão da necessidade de adiamento de cursos e eventos que estavam previstos no PACD.
-  IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor
Indicador impactado pela pandemia em razão da necessidade de suspensão, pela Administração, da realização dos exames médicos periódicos.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador	Indicadores de Apoio	Superou a meta	Cumpriu a meta	Não cumpriu a meta
Estratégico IE6 Não cumpriu a meta	(Ano Eleitoral) 4	0 – 0%	0 – 0%	4 – 100%

Medidas de melhoria propostas:

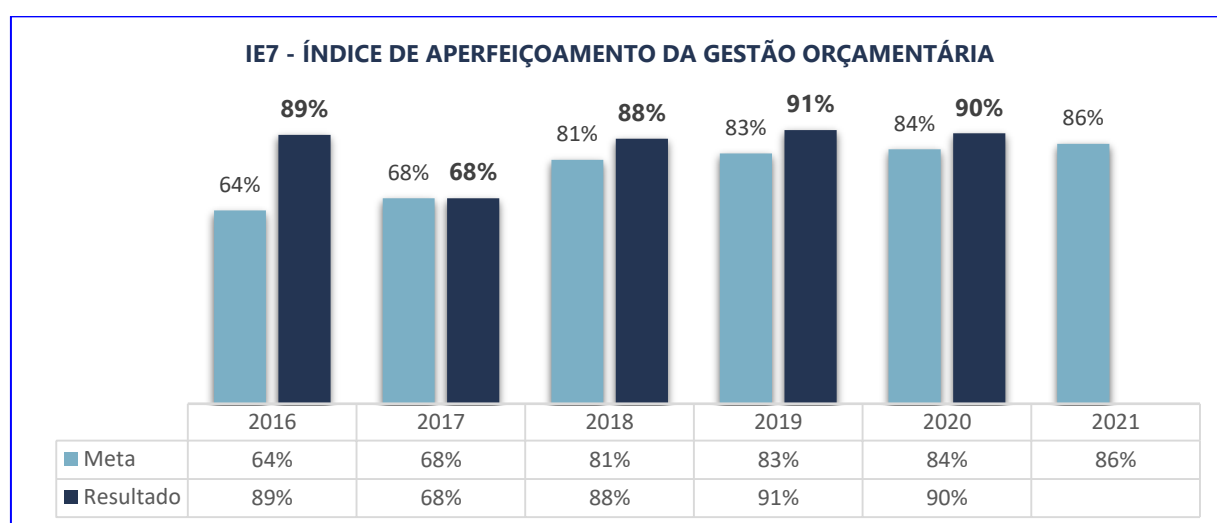
Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar a conveniência e oportunidade de unificação dos indicadores: Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento e Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento, fixando metas desafiadoras, porém atingíveis e facilitando monitoramento e medição;
-  Avaliar a viabilidade de simplificação da pesquisa de Clima Organizacional para que seja realizada com periodicidade anual;
-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que passe a considerar, para os indicadores que medem ações sujeitas à suspensão ou modificação pelo TSE ou outros órgãos superiores, a possibilidade de suspender sua medição em períodos estratégicos nos quais o órgão superior suspenda a ação, sem considerar o fato como um descumprimento da meta;
-  Avaliar a conveniência e oportunidade de incluir o indicador: Índice de desempenho no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, para possibilitar o monitoramento estratégico das metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

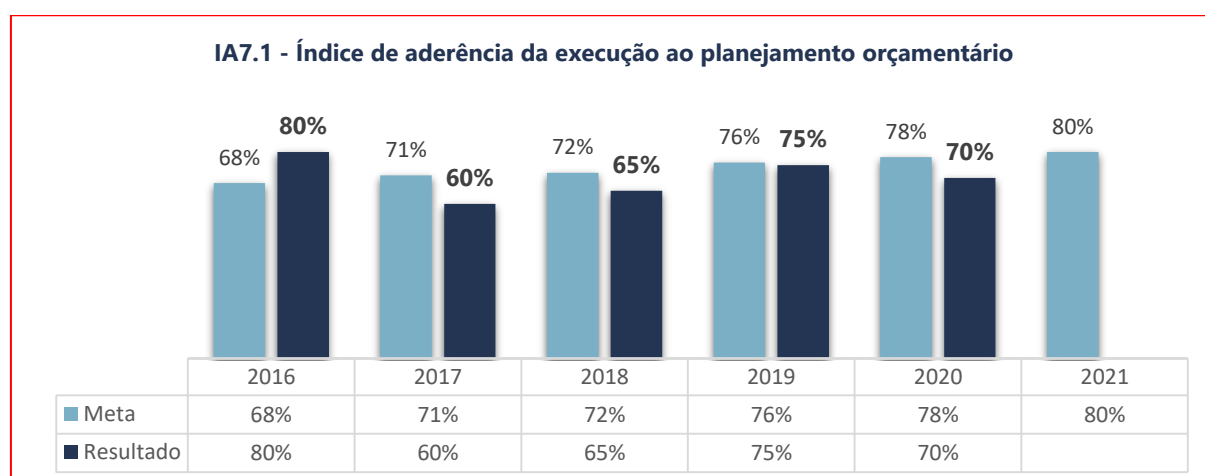
Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

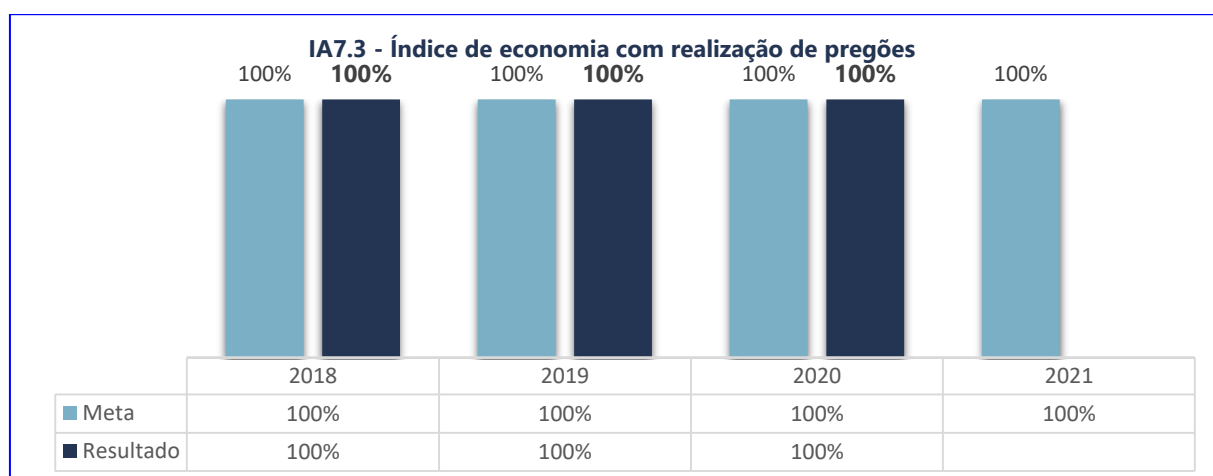
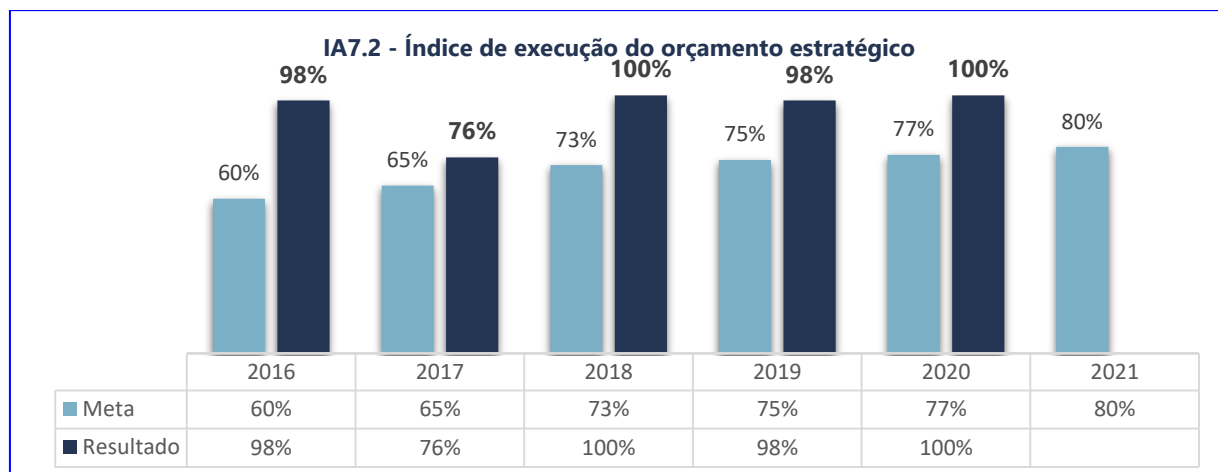
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico 7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 107,14%.

Destaques no exercício:

👍 IA7.2 - Índice de execução do orçamento estratégico

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 129,87%.

👍 IA7.3 - Índice de economia com realização de pregões

O resultado desse indicador refletiu uma economia de R\$ 2.376.677,25, superando em aproximadamente 300% a meta estabelecida para o exercício (R\$ 800.000,00).

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:



IA7.1 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário

Neste exercício o planejamento orçamentário não correspondeu integralmente ao efetivamente executado em virtude de alteração orçamentária decorrente de economia no orçamento de custeios o que possibilitou a suplementação no orçamento de investimentos.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE7 Superou a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 3	Superou a meta 1 – 33,33%	Cumpriu a meta 1 – 33,33%	Não cumpriu a meta 1 – 33,33%
--	---	------------------------------	------------------------------	----------------------------------

Medidas de melhoria propostas:

Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:



Avaliar a viabilidade de incluir indicadores relacionados às compras sustentáveis e às compras compartilhadas, conforme previsão na Res. CNJ n. 347/2020;



Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;



Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;



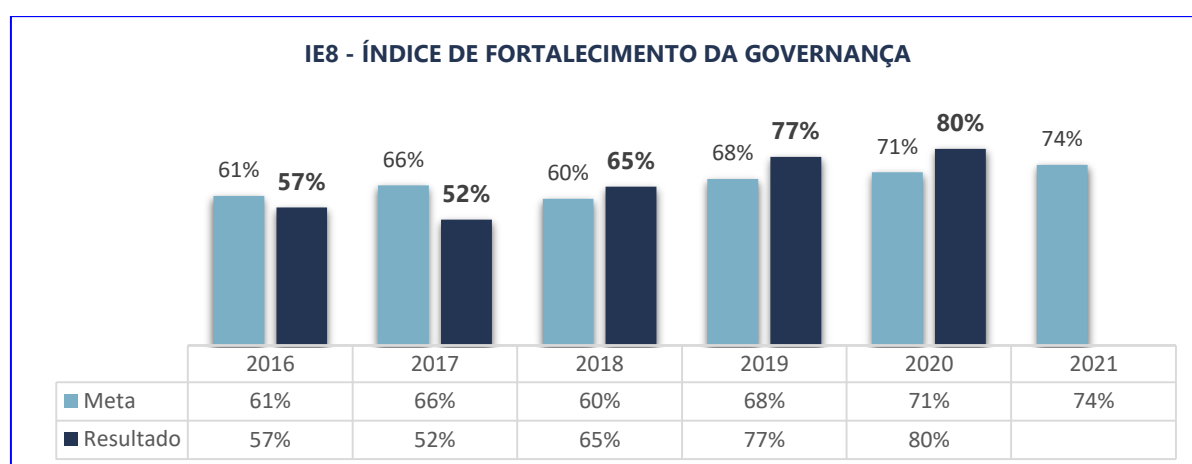
Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;

- ✎ Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

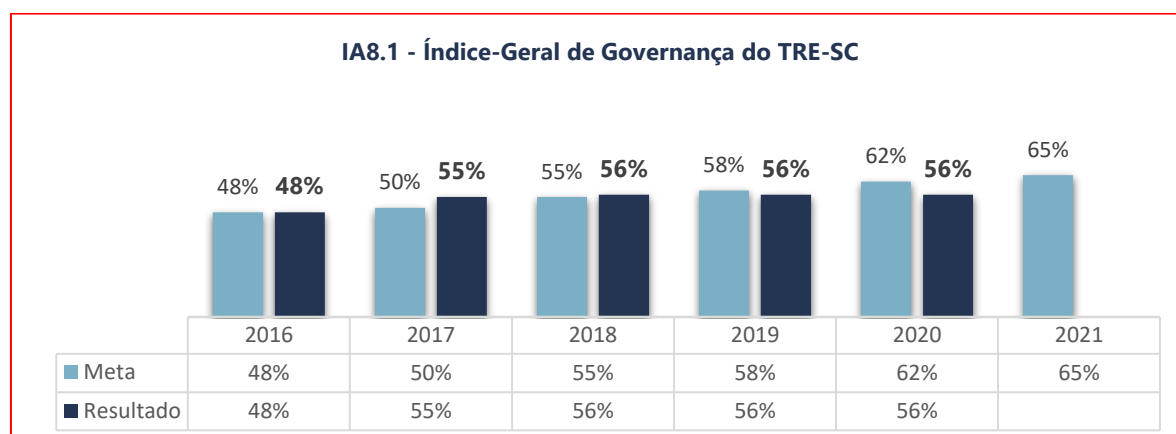
Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

Situação atual:

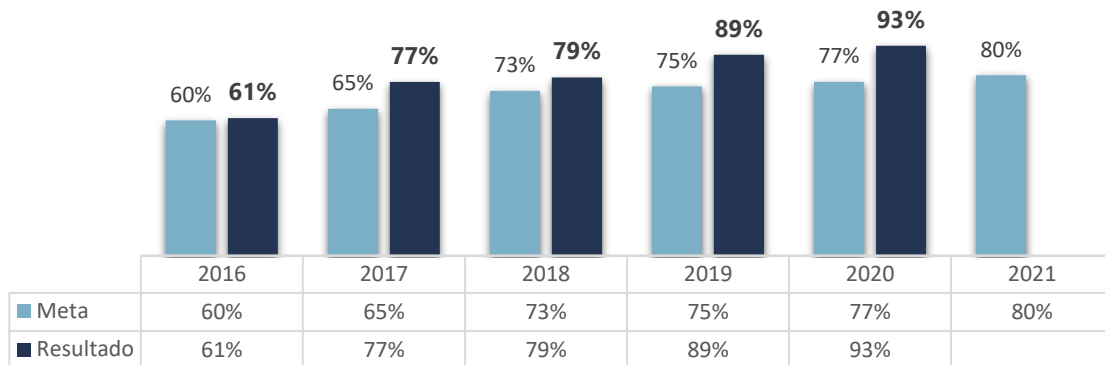


Composição:

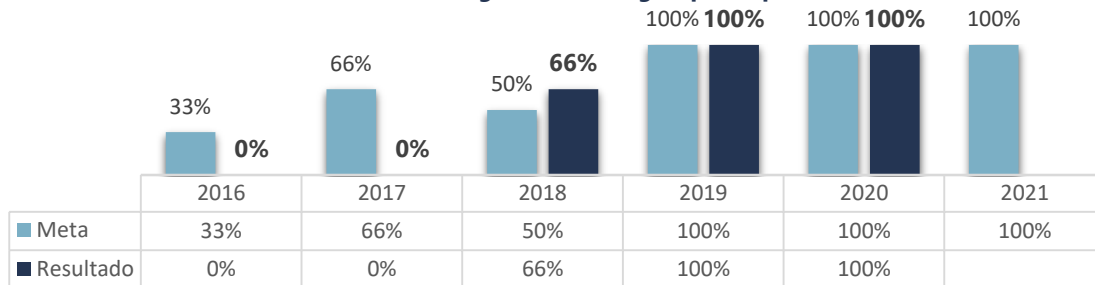
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



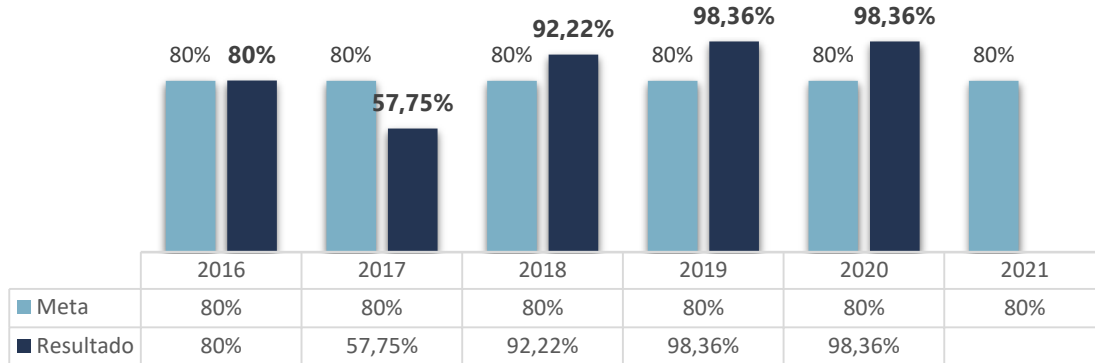
IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas



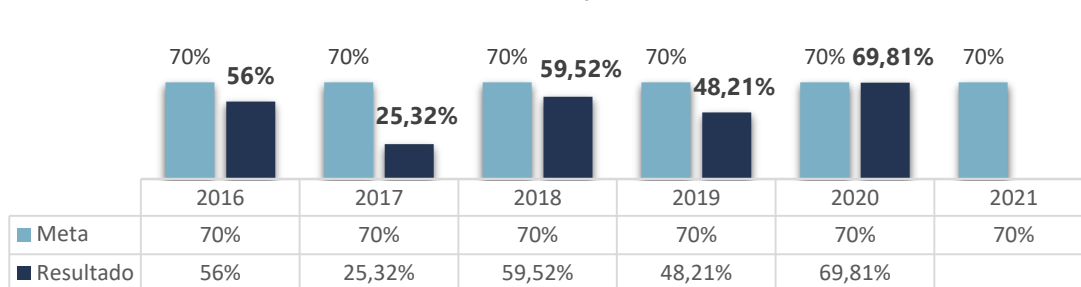
IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa



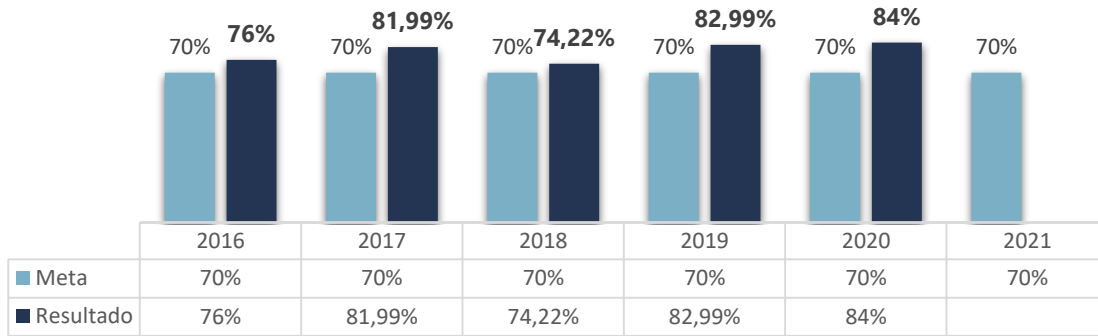
IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações



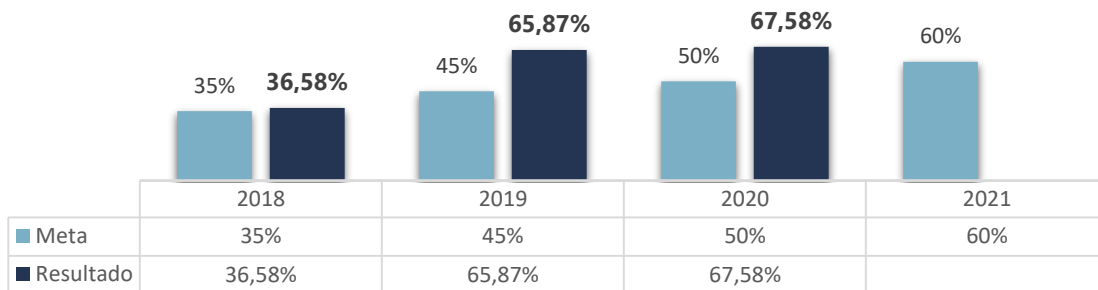
IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações



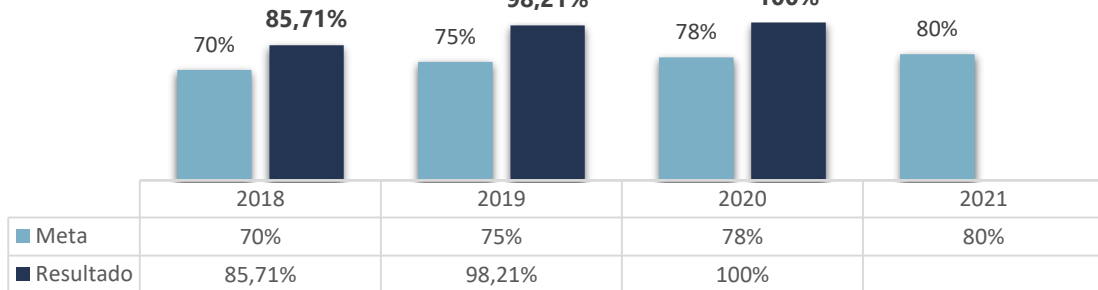
IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações



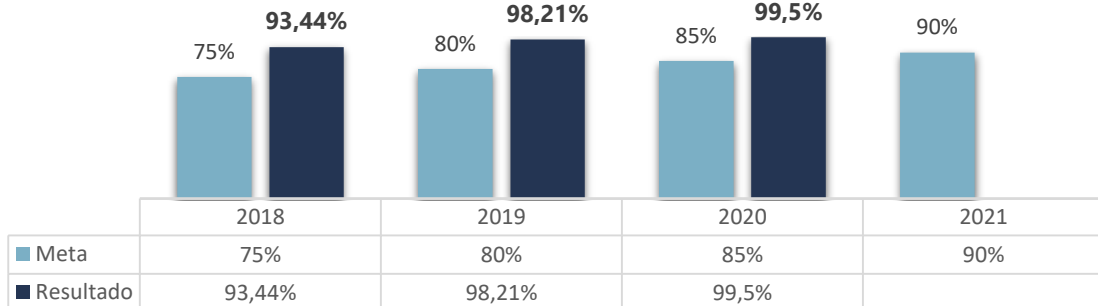
IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos

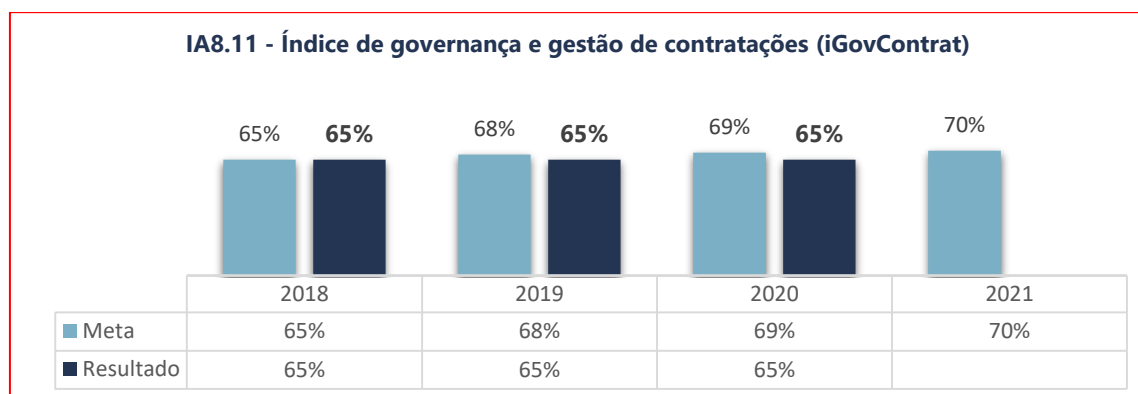
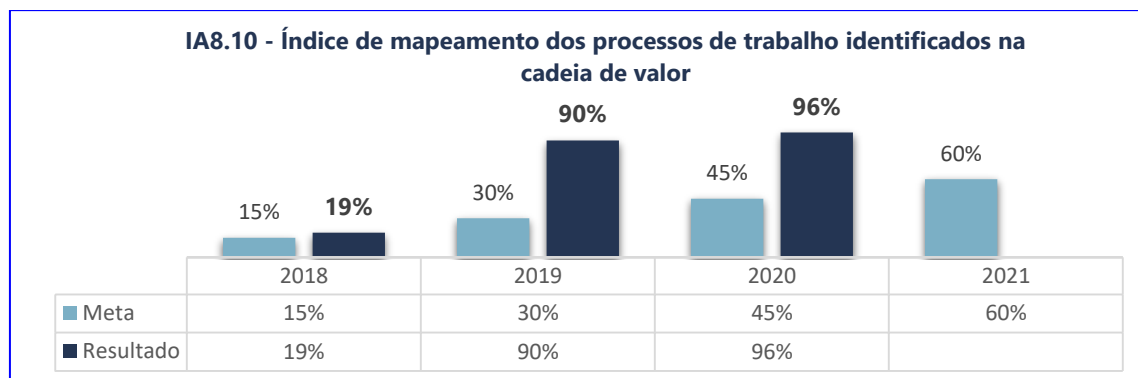


IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria interna



IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados





Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico 8 – Fortalecimento da governança. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 112,68%.

Destaques no exercício:

👍 IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 120,78%.

👍 IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa

A meta desse indicador foi alcançada no exercício.

👍 IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 122,95%.

👍 IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 120%.

👍 IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 135,16%.

 IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria interna

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 128,21%.

 IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 117,06%.

 IA8.10 - Índice de mapeamento dos processos de trabalho identificados na cadeia de valor

A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 213,33%.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

 IA8.1 - Índice-Geral de Governança do TRE-SC

Indicador impactado pela suspensão de realização do levantamento integrado de governança organizacional publica pelo TCU no exercício 2020.

 IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações

Indicador não atingiu a meta por pequena margem. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 99,73%.

 IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)

Indicador impactado pela suspensão de realização do levantamento integrado de governança organizacional publica pelo TCU no exercício 2020.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

**Indicador
Estratégico IE8**
Superou a meta

**Indicadores
de Apoio**
(Ano Eleitoral)
11

Superou a meta
7 – 63,64%

Cumpriu a meta
1 – 9,09%

Não cumpriu a meta
3 – 27,27%

Medidas de melhoria propostas:

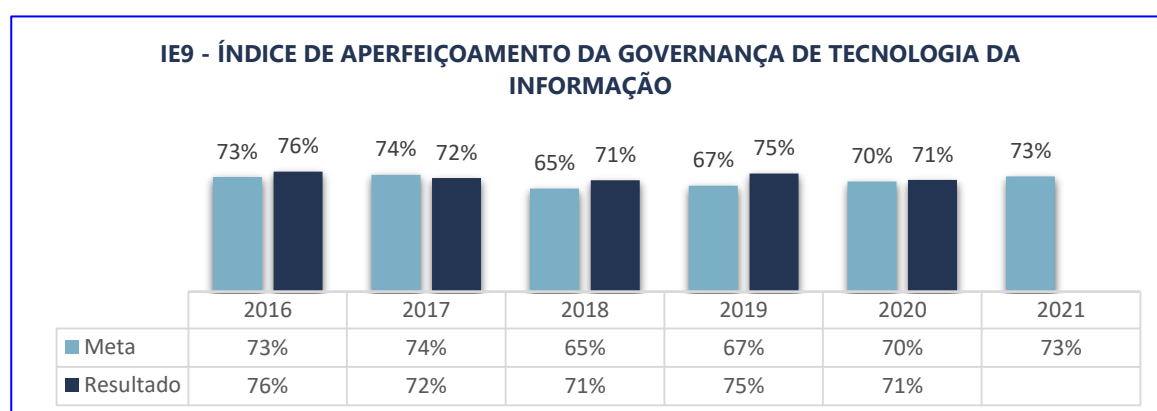
Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar, junto às unidades responsáveis pela medição, possível subdimensionamento das metas dos indicadores: IA8.2, IA8.4, IA8.6, IA8.7, IA8.8, IA8.9 e IA8.10;
-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que passe a considerar, para os indicadores que medem ações sujeitas à suspensão ou modificação pelo TSE ou outros órgãos superiores, a possibilidade de suspender sua medição em períodos estratégicos nos quais o órgão superior suspenda a ação, sem considerar o fato como um descumprimento da meta;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.

OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

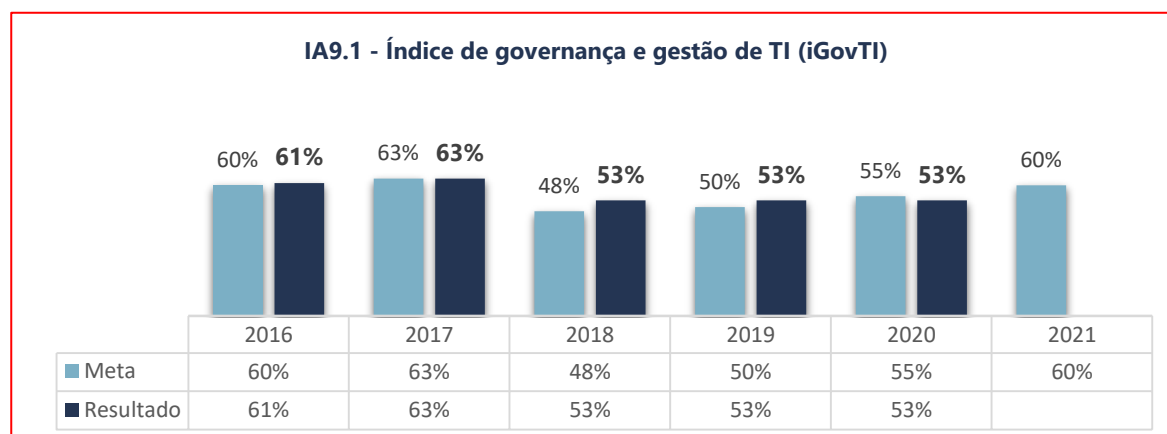
Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

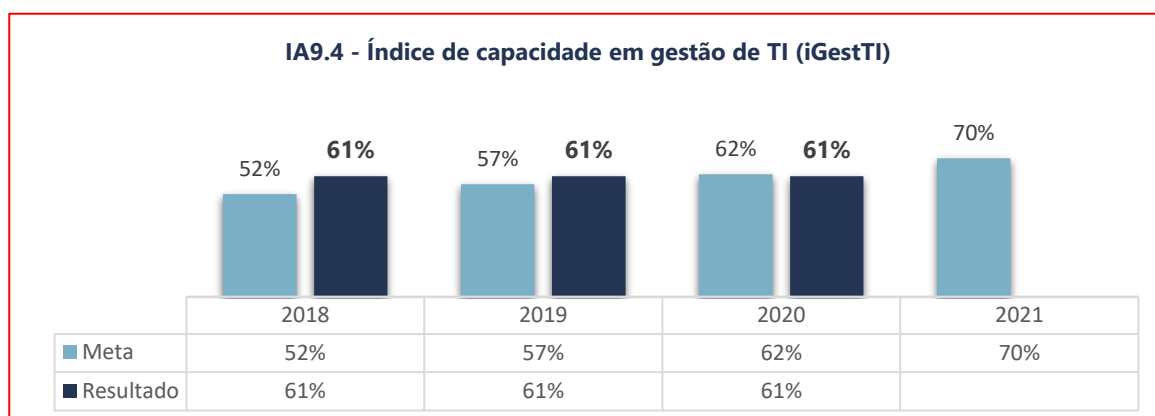
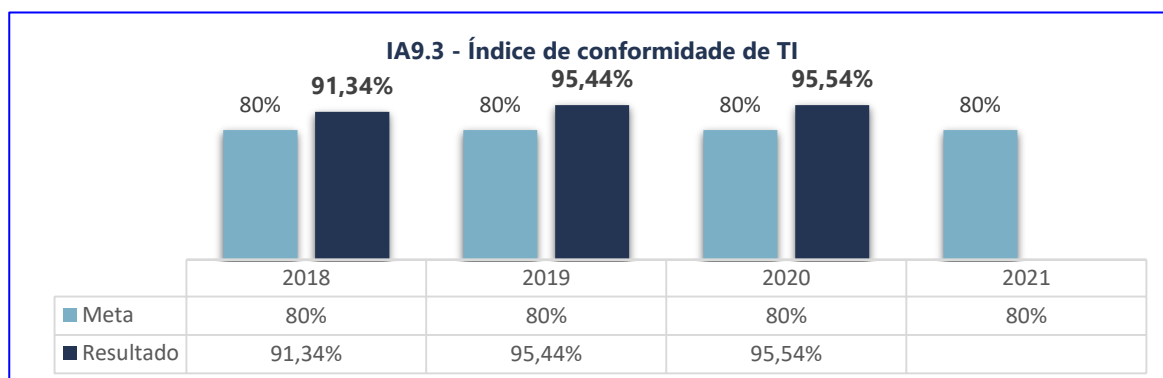
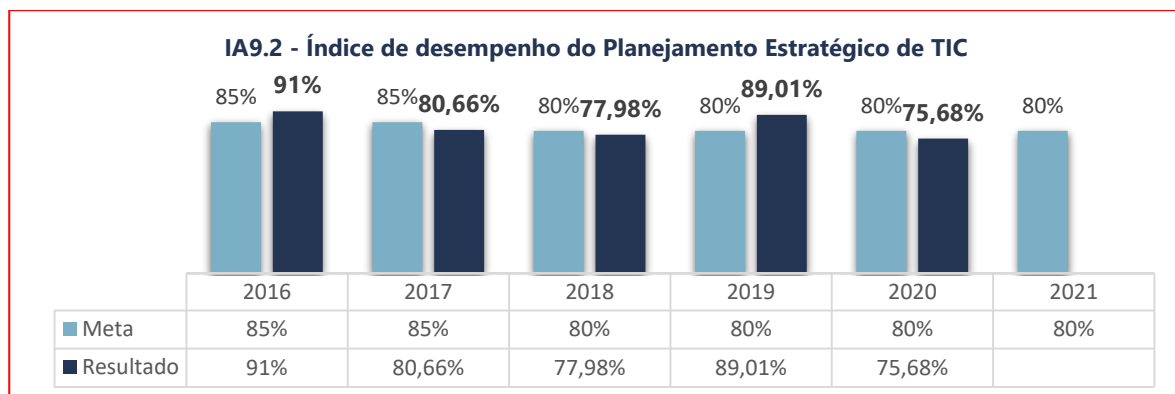
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2020 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico 9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação. O percentual de alcance do resultado em relação à meta estabelecida para o exercício foi de 101,43%.

Destaques no exercício:

-  IA9.3 - Índice de conformidade de TI
A meta desse indicador foi superada no exercício. O percentual de alcance em relação a meta fixada para o exercício foi de 119,43%.

Metas não alcançadas no exercício e respectivas justificativas:

-  IA9.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)
Indicador impactado pela suspensão de realização do levantamento integrado de governança organizacional publica pelo TCU no exercício 2020.
-  IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC
Alcançamos 94,60% da meta no exercício, o resultado abaixo da meta deveu-se aos resultados dos indicadores que o compõem: Desempenho do portfólio de soluções corporativas; Desempenho na implantação dos serviços de segurança de TIC; Índice de aderência do PACD às necessidades de TIC; e Acurácia no planejamento orçamentário de TIC.
-  IA9.4 - Índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI)
Indicador impactado pela suspensão de realização do levantamento integrado de governança organizacional publica pelo TCU no exercício 2020.

Quadro resumo dos resultados deste objetivo no exercício:

Indicador Estratégico IE9 Superou a meta	Indicadores de Apoio (Ano Eleitoral) 4	Superou a meta 1 – 25%	Cumpriu a meta 0 – 0%	Não cumpriu a meta 3 – 75%
--	---	---------------------------	--------------------------	-------------------------------

Medidas de melhoria propostas:

Aproveitar a oportunidade de alinhamento do Plano Estratégico Institucional à nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 para:

-  Avaliar a viabilidade de inclusão de mecanismo que passe a considerar, para os indicadores que medem ações sujeitas à suspensão ou modificação pelo TSE ou outros órgãos superiores, a possibilidade de suspender sua medição em períodos estratégicos nos quais o órgão superior suspenda a ação, sem considerar o fato como um descumprimento da meta;
-  Avaliar viabilidade de inclusão das partes interessadas nas fichas dos indicadores, conforme achado e orientação de auditoria;
-  Avaliar viabilidade de inclusão de mecanismo que possibilite a atualização da ficha de indicadores estratégicos e de apoio nas Reuniões de Análise da Estratégia e dessa forma possibilitar aperfeiçoamento periódico na estratégia institucional, especialmente quanto a metas eventualmente superdimensionadas ou subdimensionadas fixadas pela Administração;
-  Elaborar e aplicar uma pesquisa de diagnóstico institucional junto às partes interessadas do TRE-SC que possibilite a identificação e implementação de melhorias para o novo ciclo estratégico, inclusive considerando o cenário atual e perspectivas futuras na área política, econômica, social, tecnológica, legal e ambiental para o próximo sexênio;
-  Definir no âmbito da Rede Interna de Governança as instâncias que atuarão no acompanhamento permanente dos resultados dos indicadores estratégicos, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho estratégico da Instituição.